

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

**NOTA
TÉCNICA | 27**

ANÁLISE DOS GASTOS PÚBLICOS COM CULTURA

Tatiana Kolodin Ferrari
Adriano do Carmo Santos
Kamila Ghelardi Baião
Coordenação de Economia do Setor Público e do Bem-Estar,
Instituto Jones dos Santos Neves.

Vitória | 2011

Instituto Jones dos Santos Neves

NT – 27

Governador do Estado do Espírito Santo

Renato Casagrande

Vice-governador do Estado do Espírito Santo

Givaldo Vieira

Coordenação Geral (Interino)

Regis Mattos Teixeira

Secretário de Estado da Cultura

José Paulo Viçosi

Diretoria de Estudos e Pesquisas

Mirta Noemi Sataka Bugarin

Subsecretário de Estado da Cultura

Erlon José Paschoal

Coordenação de Estudos Econômicos Economia do Setor Público e do Bem-Estar

Magnus William de Castro

Subsecretária de Estado de Patrimônio Cultural

Joelma Consuelo Fonseca e Silva

Mapas

Rodrigo Bettim Bergamaschi

Gerente de Ação Cultural

Maurício José da Silva

Assessoria de Relacionamento Institucional

Editoração

Maria de Fátima Pessotti de Oliveira

Coordenação de Difusão e Intercâmbio Cultural

Rita Sarmento Costa

Rita de Cássia Feitosa

Simone Devens

Vinicius Fábio

Andrea Buenes

Bibliotecária

Andreza Ferreira Tovar

Herivaldo Plotegher

Instituto Jones dos Santos Neves
Análise dos gastos públicos com cultura. Vitória, ES, 2011.

44f. il. tab. (Nota técnica, 27)

1.Gastos Públicos. 2.Cultura. 3.Espírito Santo(Estado).
I. Ferrari, Tatiana Kolodin. II.Santos, Adriano do Carmo. III. Baião,
Kamila Ghelardi. IV.Título. V.Série.

Prefácio

A Cultura é uma das principais estratégias de desenvolvimento assumidas hoje por muitos Estados e países. Nesse sentido, o **Programa de Desenvolvimento da Cultura Capixaba**, uma parceria bem sucedida entre SECULT e SEBRAE, tem obtido resultados positivos e fomentado a qualificação e o aprimoramento da atividade cultural em diversas áreas.

Hoje já conhecemos melhor o potencial cultural de nosso Estado, fundamentado, sobretudo, na diversidade e nas várias identidades que o formaram; faltavam-nos, contudo, dados e informações matemáticas e estatísticas relativas aos recursos aplicados no setor cultural em suas diversas modalidades.

Este estudo realizado pela **Instituto Jones dos Santos Neves** com muita competência vem preencher uma lacuna que em muito dificultava a análise do montante e da qualificação dos investimentos públicos na área da cultura.

Ele também tem como objetivo identificar e dimensionar as repercussões sócio-econômicas da atividade cultural no Espírito Santo, através de recursos públicos do Estado e dos municípios, como também aqueles oriundos do governo federal. Visa, portanto, ao levantamento do montante de recursos investidos na atividade cultural de 2004 a 2009 no Estado do Espírito Santo, por meio das três instâncias de governo.

Os gestores culturais tinham a sua disposição até o presente momento apenas o Suplemento de Cultura da Munic 2006, publicado pelo IBGE no segundo semestre de 2007. Trata-se de um instrumento importante como subsídio para a compreensão da amplitude e da desigualdade no planejamento das políticas públicas na área da cultura. Contudo, eram ainda informações preliminares que serviram, sem dúvida, de base para futuros estudos sobre a cultura, tendo como referência as cidades brasileiras.

Este estudo representa enfim um passo decisivo para o entendimento da importância da atividade cultural como um setor estratégico para o desenvolvimento socioeconômico de nosso Estado.

José Paulo Viçosi

Secretário de Estado da Cultura do Espírito Santo

Sumário

APRESENTAÇÃO	06
1. INTRODUÇÃO	07
2. METODOLOGIA	08
3. GASTOS PÚBLICOS COM CULTURA	10
4. GASTOS PÚBLICOS COM CULTURA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	17
4.1. ESFERA ESTADUAL	18
4.2. ESFERA MUNICIPAL	20
5. CONCLUSÃO	30
APÊNDICE	31
ANEXO	38
REFERÊNCIAS	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Peso dos tributos, FPM e ICMS na receita total municipal por faixa populacional em 2009	09
Tabela 2 – Participação nos gastos públicos executados com cultura no Brasil pela União, estados e municípios - 2004 a 2009	12
Tabela 3 – Participação nos gastos públicos executados com cultura nos Estados, pelas esferas estaduais e municipais - 2009	16
Tabela 4 – Despesa estadual na função cultura, Espírito Santo - 2004 a 2009 (Em milhões de R\$)	20
Tabela 5 – Discriminação dos gastos municipais com a função cultura, Espírito Santo - 2006 a 2009 (Em milhões de R\$)	23
Tabela A – Gastos executados com a função cultura pelos municípios do Espírito Santo - 2004 a 2009	31
Tabela B – Gastos per capita com cultura realizado pelos municípios do Espírito Santo - 2004 a 2009	34
Tabela C – Participação do dispêndio cultural segundo a RCL dos municípios do Espírito Santo - 2004 a 2009	36

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 – Taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto, Brasil - 2004 a 2009	11
Gráfico 2 – Gastos públicos executados com cultura no Brasil pela União, estados e municípios - 2004 a 2009	11
Mapa 1 – Gastos per capita executados pelos estados com cultura, Brasil - 2009	14
Mapa 2 – Gastos per capita executados pelos municípios, Brasil - 2009	15
Gráfico 3 – Evolução da despesa por função cultural, Espírito Santo - 2004 a 2009 (Em milhões de R\$)	17
Gráfico 4 – Proporção de gastos estaduais com cultura em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), Espírito Santo - 2004 a 2009	18
Gráfico 5 – Participação das principais despesas do Estado na RCL	19
Gráfico 6 – Número de municípios segundo anos de aplicação de recursos em cultura - 2004 a 2009	21
Gráfico 7 – Evolução dos gastos com cultura do conjunto de municípios do Espírito Santo - 2004 a 2009 ...	22
Mapa 3 – Gastos per capita executados pelos municípios, Espírito Santo - 2009	24
Mapa 4 – Gastos per capita com cultura por municípios do Espírito Santo - 2009	26
Gráfico 8 – Participação na população e nos gastos com cultura segundo o tamanho do município - 2004 e 2009	27
Gráfico 9 – Evolução do gasto per capita com cultura segundo o tamanho dos municípios	28
Gráfico 10 – Número de municípios segundo caracterização do órgão gestor - 2006 e 2011	29

Apresentação

Cada vez mais o desenvolvimento econômico e social do mundo está associado à informação, criatividade e conhecimento dos indivíduos. Neste cenário, os investimentos em cultura se mostram estratégicos para se obter um desenvolvimento mais sustentável. Para a definição de políticas é fundamental que o Poder Público conheça os gastos efetuados, sua composição e distribuição, podendo assim, avaliar os esforços empreendidos e definir estratégias e planos de ação na área. O presente estudo analisa os gastos realizados em cultura, com foco no Espírito Santo, durante o período de 2004 a 2009. Os dados foram coletados na Secretaria do Tesouro Nacional em três bancos de dados: despesa regionalizada (União), execução orçamentária dos estados (Estados e Distrito Federal) e Finanças do Brasil (municípios).

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos as transformações na sociedade, principalmente com relação ao progresso tecnológico, mudou a forma como a cultura é percebida na sociedade. A questão cultural passou a ter papel estratégico, tanto do ponto de vista social quanto econômico.

A dimensão econômica das atividades culturais, que englobam atividades de criação, produção, difusão e consumo de bens e serviços culturais representam o setor mais dinâmico da economia mundial. Suas diversas atividades geram trabalho, emprego e renda, sendo importante também para a busca de um desenvolvimento mais sustentável. Segundo pesquisa realizada pelo IBGE (Sistema de Informações e Indicadores Culturais – SIIC, p.92), havia no ano de 2004, 3,7 milhões de pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupadas ou exercendo atividades relacionadas à cultura. O crescimento das pessoas empregadas na área cultural aumentou 3,4% em 2004 com relação a 2003 e 3,6% em 2003 com relação a 2002, crescimento superior ao apresentado pelo total de pessoas ocupadas no Brasil.

Cada vez mais o desenvolvimento econômico e social do mundo está associado à informação, criatividade e conhecimento dos indivíduos. Neste cenário, os investimentos em cultura se mostram estratégicos. No entanto, para o planejamento de políticas públicas é indispensável que haja informações e indicadores para auxiliar na tomada de decisão. Com relação a isso, a área cultural é, provavelmente, uma das áreas que mais carecem de dados.

Em vista disso, o presente estudo busca dotar o Governo do Estado de informações sobre os gastos realizados em cultura, realizando um levantamento dos recursos investidos pelas três esferas de governo (Federal, estadual e municipal), durante o período de 2004 a 2009.

Um estudo pioneiro nesta questão foi realizado em 2006, pela Fundação João Pinheiro em parceria com o Ministério da Cultura, no qual foram analisados os impactos dos investimentos públicos e privados em cultura na economia brasileira. No entanto, ainda não há estudos específicos para o estado do Espírito Santo. Dessa forma, o presente trabalho pretende preencher esta lacuna e prover o governo de informações, para que este conheça os gastos que são efetuados, sua composição e distribuição.

Além dessa breve introdução, o trabalho apresenta mais quatro seções. Na seção 2 são apresentados os procedimentos metodológicos e as fontes de coleta de informações. A seção 3 apresenta despesas executadas pelas três esferas de governo. A seção 4 analisa mais especificamente os gastos públicos realizados com a função cultura no estado do Espírito Santo, fazendo distinção entre os dispêndios da esfera estadual e da esfera municipal. Na última seção são apresentadas as conclusões do estudo.

2. METODOLOGIA

Os dados referentes aos recursos aplicados na função cultura foram coletados no site da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Além das informações financeiras da União, a STN reúne os dados contábeis dos Estados, Distrito Federal e municípios. A divulgação dessas informações atende as exigências do artigo 51 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

“Art. 51. O Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público”.

As informações sobre as despesas por função utilizadas foram coletadas em três bancos de dados diferentes: despesa regionalizada (União), execução orçamentária dos estados (Estados e Distrito Federal) e Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios (Finbra).

O banco de dados referente à despesa regionalizada da União apresenta uma limitação metodológica, pois não é capaz de separar adequadamente os gastos da União por estados. Dessa forma, as despesas do governo federal que não são identificadas em nenhum estado ficam somadas em NA (Nacional). Mesmo reconhecendo tal limitação, os dados foram utilizados para obter uma aproximação de qual Unidade da Federação (UF) recebe a maior aplicação de recursos da União em cultura.

A base de dados dos Estados e Distrito Federal e municípios apresentam as informações do Balanço anual, no qual estão consolidados os dados contábeis de todos os órgãos da administração direta, englobando todos os Poderes e as entidades da administração indireta existente (Autarquias, Fundações, Fundos Especiais, Empresas Estatais Dependentes).

A série histórica dos municípios apresenta lacunas, ou seja, nem todos os municípios enviam seus dados contábeis para STN, embora o parágrafo 1º do art. 51 da LRF imponha a obrigatoriedade de fazê-lo. Apesar de serem poucos os municípios sem dados, certamente prejudicariam a análise da evolução histórica do gasto municipal em cultura consolidado por Unidade da Federação.

O período utilizado para análise conta com uma amostra superior a 95% para todos os anos. Esse expressivo percentual permite fazer estimativas com maior grau de acerto, pois de acordo com a lei dos grandes números, quando a amostra cresce, a média amostral converge para média populacional (SARTORIS, 2003). Seguindo os estudos de Orair (2010), Brasil (2011) e FNP (2010) a população municipal foi utilizada como referência para estimar os valores dos municípios que estavam sem dados.

Parte-se do princípio que municípios com porte populacional semelhante têm uma estrutura financeira parecida. A Tabela 1, elaborada a partir dos dados de FNP (2011), exhibe o comportamento das três principais fontes de receita dos municípios segundo o corte populacional. Observe que à medida que a população cresce a participação da receita tributária no orçamento aumenta, o peso do Fundo de

Participação dos Municípios (FPM) diminui e a transferência do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) fica praticamente estável.

Tabela 1 - Peso dos tributos, FPM e ICMS na receita total municipal por faixa populacional em 2009

Grupos populacionais	Tributos	FPM	ICMS
Até 10 mil habitantes	5,0	46,8	20,9
De 10 mil a 20 mil hab.	6,2	36,9	18,6
De 20 mil a 50 mil hab.	9,4	28,1	19,6
De 50 mil a 100 mil hab.	12,7	20,1	21,9
De 100 mil a 200 mil hab.	16,7	15,0	22,3
De 200 mil a 500 mil hab.	20,4	10,5	22,7
Acima de 500 mil hab.	32,5	5,3	18,4
Total	19,0	18,2	20,2

Fonte: Frente Nacional dos Prefeitos, 2010
Elaboração: Economia do Setor Público e do Bem-Estar – IJSN.

Dessa forma, oscilações da economia têm impactos semelhantes na estrutura da receita e despesa, principalmente nos municípios menos populosos, nos quais o recebimento do FPM obedece ao critério populacional.

Esse comportamento segue a lógica da organização fiscal dos entes federativos dada pela Constituição de 1988, que atribui aos municípios o recolhimento dos seguintes impostos: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens inter vivos (ITBI), todos de características urbanas. Por outro lado, a constituição estabelece critérios gerais para a descentralização de recursos. Dessa forma, o FPM favorece mais as cidades com menor população, enquanto a transferência do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) favorece as localidades que abrigam grandes plantas industriais e possuem uma estrutura de comércio mais desenvolvida¹.

¹ O FPM é composto por 23,5% da arrecadação líquida do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. A definição do ICMS depende em grande medida do valor adicionado a mercadoria e serviços sobre os quais incide, uma vez que a constituição determina que 75% dessa transferência devem ser distribuídas considerando esse critério. Os 25% restantes é determinado por legislação estadual (BRASIL, 1988 e 2007).

Nesse contexto, municípios de pequeno porte populacional são mais dependentes do FPM, pois o centro urbano é diminuto e a atividade econômica, salvo algumas exceções, é pouco desenvolvida. Na medida em que a população aumenta, o centro urbano cresce junto com as atividades comerciais e de serviços elevando a arrecadação do ISS, IPTU, ITBI e em alguma medida do ICMS.

Portanto, de maneira geral, o comportamento dos recursos que ingressam nos cofres municipais segue o aumento da população. Por sua vez, as variações da despesa seguem o comportamento da receita. Assim, as estimativas para os municípios que não tinham dados foi feita da seguinte maneira:

1 - Foi imputado zero para os municípios que não apresentaram gastos com cultura nos anos em que havia dados na sua série histórica;

2 - A despesa dos municípios sem dado em um ano, que apresentou dado no ano imediatamente anterior ou posterior, foi estimada aplicando a variação média dos municípios de sua faixa populacional. No caso de haver apenas um município em determinada faixa, utilizou-se a média de aplicação dos anos anteriores ou posteriores;

3 - Para os municípios que estavam sem dados num ano e não apresentam dados no ano anterior nem posterior, foi utilizado o valor médio dos municípios de sua faixa populacional.

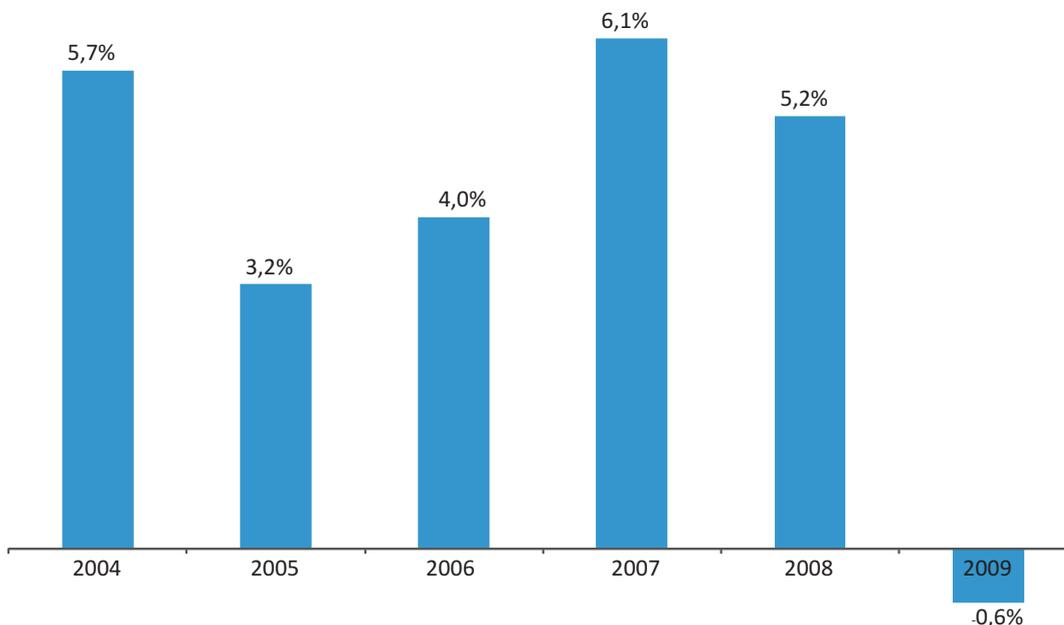
No caso do Espírito Santo as lacunas foram preenchidas com os dados do Tribunal de Contas do Estado. A análise dos recursos aplicados na função cultura foi feita através de uma série histórica de 2004 a 2009. Os indicadores analisados foram o gasto per capita e gasto sobre a receita corrente.

Cabe ressaltar que, devido a impossibilidade de separar os valores aplicados com recursos próprios de cada esfera de governo, as informações apresentadas referem-se à despesa executada por cada ente. Portanto, no caso da União, o valor abrange as despesas realizadas diretamente pelo governo federal mais o valor que foi repassado para estados e municípios. No caso dos estados, contempla sua aplicação direta mais as transferências recebidas da União para a área menos o que foi repassado aos municípios. Por fim, no caso dos municípios, compreende o gasto com recursos próprios mais os valores recebidos da União e dos estados para o setor.

3. GASTOS PÚBLICOS COM CULTURA

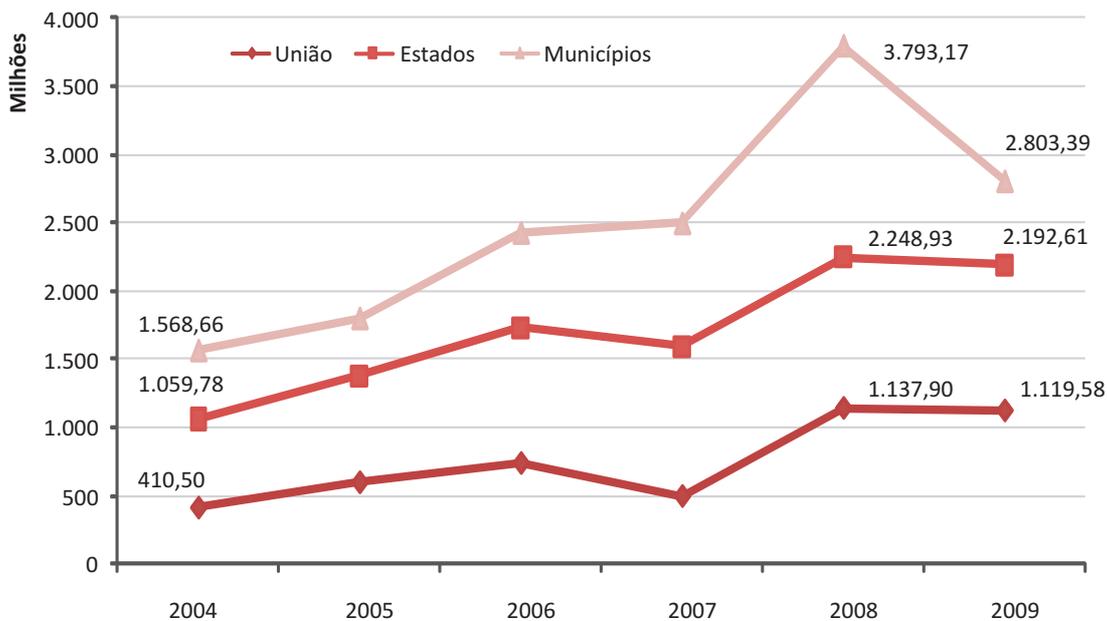
Entre 2004 e 2008 o país passou por um bom momento econômico com o PIB crescendo entre 3,2% e 6,1% ao ano (Gráfico 1). O cenário econômico-financeiro próspero trouxe um grande acréscimo de recursos às três esferas de governo. O avanço das receitas se refletiu na expansão das despesas. Nesse cenário, o gasto executado com a função cultura pelos três níveis de governo foi significativamente ampliado (Gráfico 2).

Gráfico 1 - Taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto, Brasil - 2004 a 2009



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
 Elaboração: Economia do Setor Público e do Bem-Estar - IJSN.

Gráfico 2 - Gastos públicos executados com cultura no Brasil pela União, estados e municípios - 2004 a 2009



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN) - Finbra
 Elaboração: Economia do Setor Público e do Bem-Estar - IJSN.
 Nota: A preços de 2009

O ano de 2008 marcou o auge dos investimentos públicos em cultura. Nesse ano a União, os estados e os municípios aplicaram, respectivamente, R\$ 1.137 milhões, R\$ 2.248 milhões e R\$ 3.793 milhões. Já as taxas de crescimento acumuladas no período foram de 177,2%, 112,2% e 141,8%, na mesma ordem.

Em 2009, o ambiente próspero foi interrompido pelos efeitos da crise financeira internacional sobre a economia brasileira. Em cenários adversos, os dirigentes públicos procuram ajustar seus gastos aos níveis mais baixos de receitas, uma vez que são obrigados pela LRF a manterem o equilíbrio das contas públicas. Dessa forma, houve uma retração dos recursos direcionados para cultura pelos três entes da Federação. Contudo, a queda foi mais intensa no âmbito municipal, com retração de -26,1%, o que pode ter ocorrido devido à mudança de governo.

Observando apenas os anos extremos da série, verifica-se que a União apresentou a maior taxa de crescimento (172,7%) elevando seus dispêndios com a área de R\$ 410 milhões para R\$ 1.119 milhões. No mesmo período, os estados mais que dobraram (aumento de 106,9%) os valores aplicados na pasta, totalizando R\$ 2.192 milhões em 2009. Já os municípios passaram de um gasto de R\$ 1.568 milhões em 2004 para R\$ 2.803 milhões em 2009, o que representa um crescimento acumulado de 78,7% e um aumento anual médio de 12,3%.

Os dados da Tabela 2 revelam a importância do poder público local na vida cultural. Além de cuidar da conservação e manutenção de diversos equipamentos culturais e estimular manifestações tradicionais da população através de festas típicas e apresentações artísticas, os municípios brasileiros são os principais responsáveis pela aplicação de recursos públicos na função cultura.

Tabela 2 - Participação nos gastos públicos executados com cultura no Brasil pela União, estados e municípios - 2004 a 2009

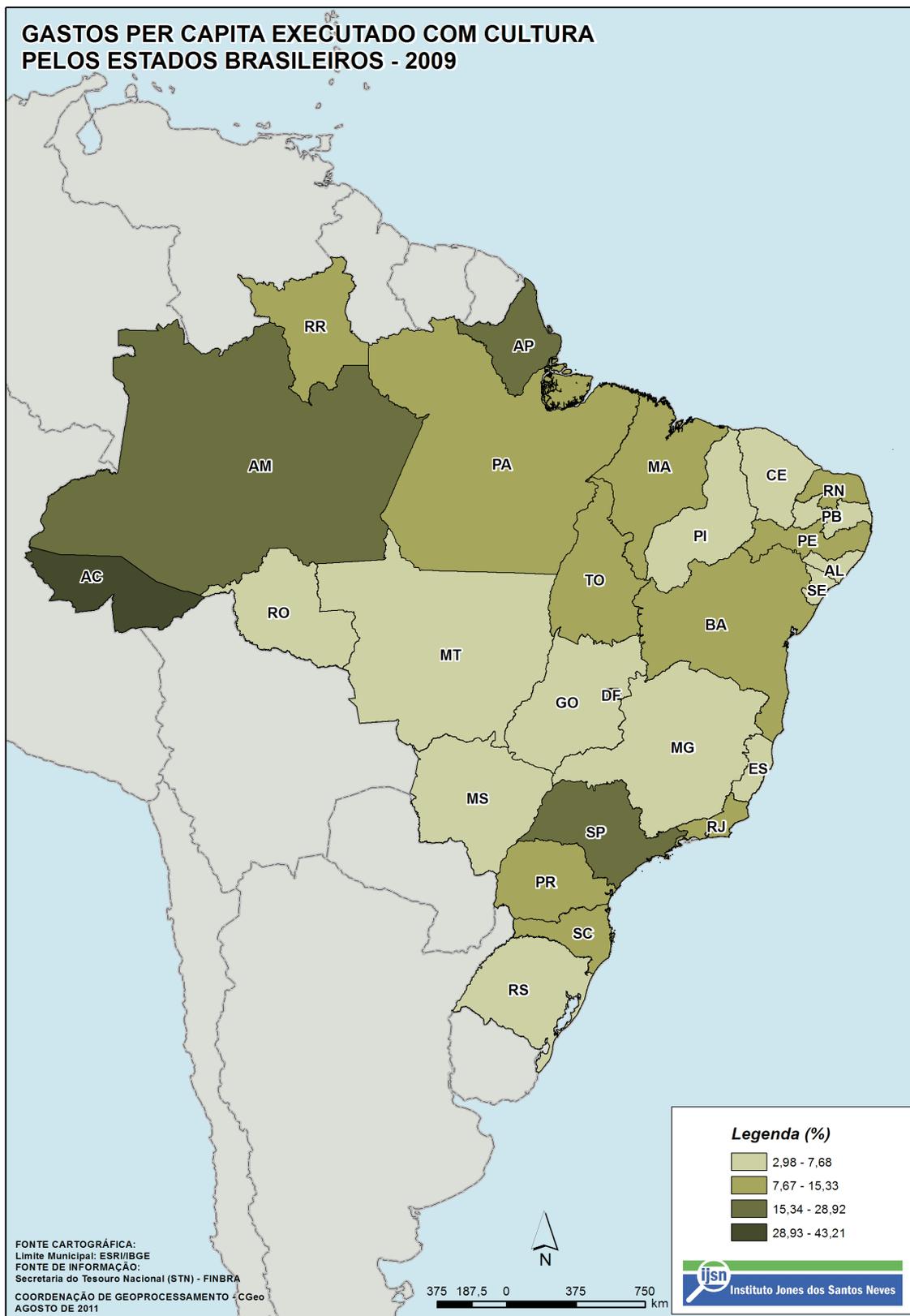
Ano	União (%)	Estados (%)	Municípios (%)
2004	13,5	34,9	51,6
2005	15,8	36,5	47,8
2006	15,0	35,4	49,6
2007	10,8	34,8	54,4
2008	15,8	31,3	52,8
2009	18,3	35,9	45,8

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Elaboração: Economia do Setor Público e do Bem-Estar – IJSN.
Nota: A preços de 2009

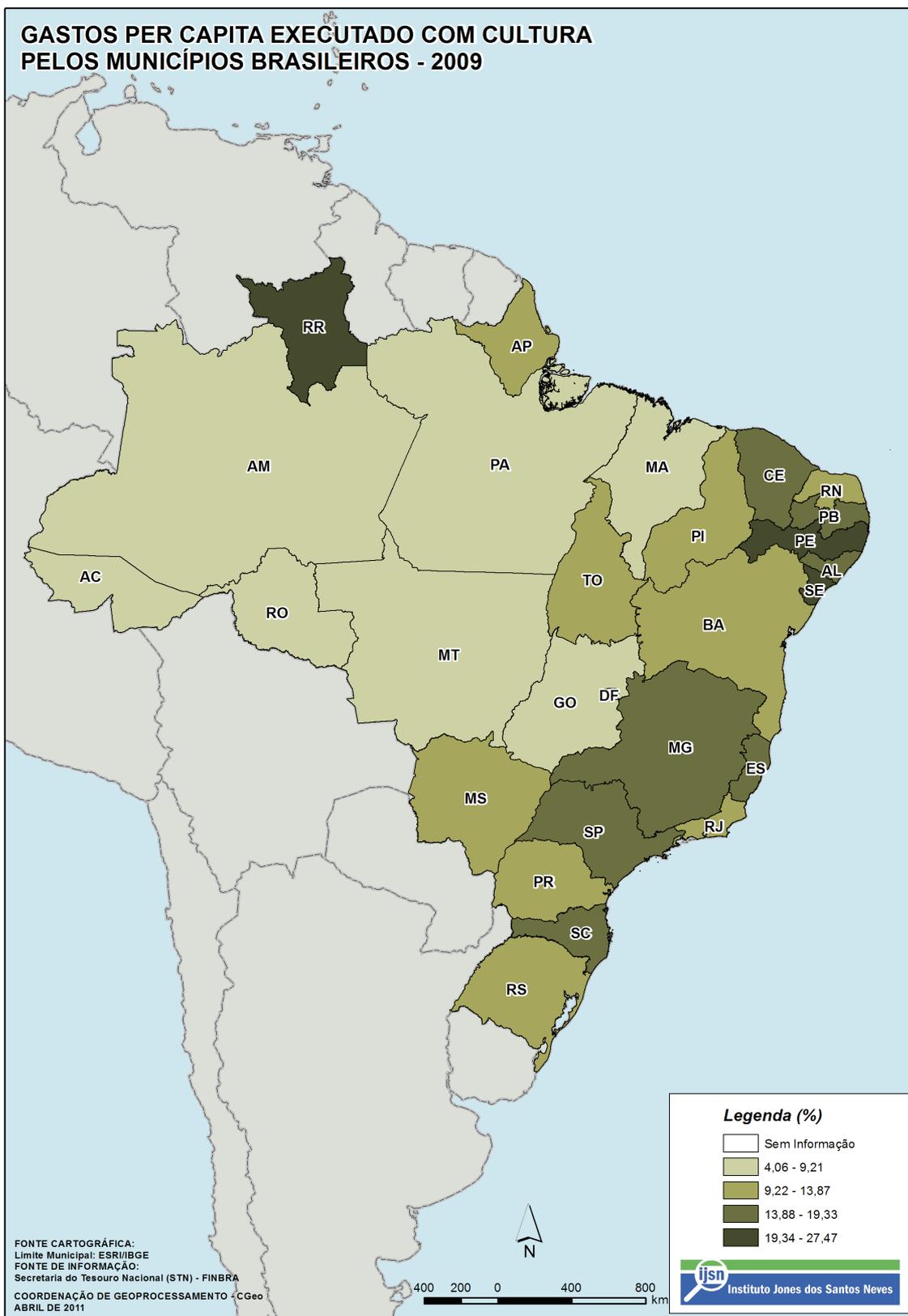
Os Mapas 1 e 2 mostram a despesa per capita com cultura no ano de 2009 executada pelos estados e municípios, respectivamente. Em termos de média aritmética, os estados aplicaram R\$11,99 por habitante, com uma grande amplitude entre os valores, que oscilaram de R\$2,99 em Alagoas a R\$43,21 por habitante no Distrito Federal. Observa-se pelo Mapa 1 que, além do Distrito Federal, os maiores gastos per capita com cultura foram executados por estados da região Norte do país, com destaque para os estados do Acre (R\$36,97 por habitante), Amazonas (R\$28,92 por habitante) e Amapá (R\$24,59 por habitante).

Por outro lado, quando se observa o dispêndio per capita dos municípios separados por estado, a concentração passa a ser na faixa litorânea do país (Mapa 2). Os destaques são os conjuntos de municípios dos estados do Sergipe (R\$27,48), Roraima (R\$25,38) e Pernambuco (R\$24,47), que aplicaram valores muito acima da média de R\$ 13,64 por habitante. Os valores investidos pela esfera local variaram entre R\$4,06 e R\$27,48 per capita, amplitude menor que a apresentada pelos estados.

Mapa 1 - Gastos per capita executados pelos estados com cultura, Brasil - 2009



Mapa 2 - Gastos per capita executados pelos municípios, Brasil - 2009



A análise conjunta dos dois mapas evidencia diferenças na estrutura institucional responsável pela gestão da cultura. Em alguns estados, a esfera estadual é a principal responsável pela execução dos recursos, em outros os municípios são os principais executores. Tal fato pode ser melhor verificado pela Tabela 3, na qual pode ser observado que a maioria dos estados da região Norte são os principais executores dos gastos. No Acre, por exemplo, 81,0% do dispêndio é realizado pelo Estado. Já nas outras regiões os municípios se destacaram como os principais gestores da função cultura.

Tabela 3 - Participação nos gastos públicos executados com cultura no Estados, pelas esferas estaduais e municipais - 2009

Regiões e Unidades da Federação	Gastos com cultura			Participação		
	União	Estados	Municípios	União	Estados	Municípios
Região Norte						
Acre	800.000,00	25.554.375,66	5.194.914,54	2,5	81,0	16,5
Amapá	2.507.311,00	15.407.135,07	7.523.550,09	9,9	60,6	29,6
Amazonas	2.000.000,00	98.142.469,78	31.235.634,40	1,5	74,7	23,8
Pará	1.831.250,00	71.781.027,61	67.962.044,60	1,3	50,7	48,0
Rondônia	2.834.707,10	6.848.585,32	6.328.453,89	17,7	42,8	39,5
Roraima	550.000,00	6.464.624,82	11.449.892,00	3,0	35,0	62,0
Tocantins	200.000,00	15.391.107,17	16.970.871,83	0,6	47,3	52,1
Região Nordeste						
Alagoas	795.634,86	9.422.751,33	48.353.843,35	1,4	16,1	82,6
Bahia	1.543.340,00	185.896.875,89	194.556.271,70	0,4	48,7	50,9
Ceará	2.762.080,00	65.656.781,64	123.915.813,20	1,4	34,1	64,4
Maranhão	1.150.000,00	52.187.503,23	60.552.868,57	1,0	45,8	53,2
Paraíba	0,00	22.308.451,44	58.610.962,46	0,0	27,6	72,4
Pernambuco	2.249.828,88	111.548.735,01	215.260.330,28	0,7	33,9	65,4
Piauí	606.000,00	9.922.210,71	34.981.753,96	1,3	21,8	76,9
Rio Grande do Norte	110.000,00	25.283.177,59	39.894.810,21	0,2	38,7	61,1
Sergipe	935.468,00	11.900.459,97	56.821.712,30	1,3	17,1	81,6
Região Centro-Oeste						
Distrito Federal	4.671.326,47	112.650.861,32		4,0	96,0	0,0
Goiás	487.477,22	25.948.577,24	50.094.455,49	0,6	33,9	65,5
Mato Grosso	0,00	21.768.784,58	26.464.692,04	0,0	45,1	54,9
Mato Grosso do Sul	556.530,28	15.583.776,21	29.194.463,52	1,2	34,4	64,4
Região Sudeste						
Espírito Santo	1.585.406,00	22.350.864,63	52.349.279,01	2,1	29,3	68,6
Minas Gerais	1.838.317,73	117.427.249,68	323.112.756,69	0,4	26,5	73,0
Rio de Janeiro	60.581.728,13	141.203.266,19	180.820.064,27	15,8	36,9	47,3
São Paulo	7.133.700,00	796.293.240,88	797.630.005,93	0,4	49,7	49,8
Região Sul						
Paraná	4.201.990,00	116.246.103,97	120.732.048,43	1,7	48,2	50,1
Rio Grande do Sul	1.378.307,67	38.420.214,53	140.457.338,82	0,8	21,3	77,9
Santa Catarina	1.195.000,00	50.998.452,58	102.924.000,21	0,8	32,9	66,4

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN
 Elaboração: Economia do Setor Público e do Bem-Estar – IJSN.
 Nota: A preços de 2009

4. GASTOS PÚBLICOS COM CULTURA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

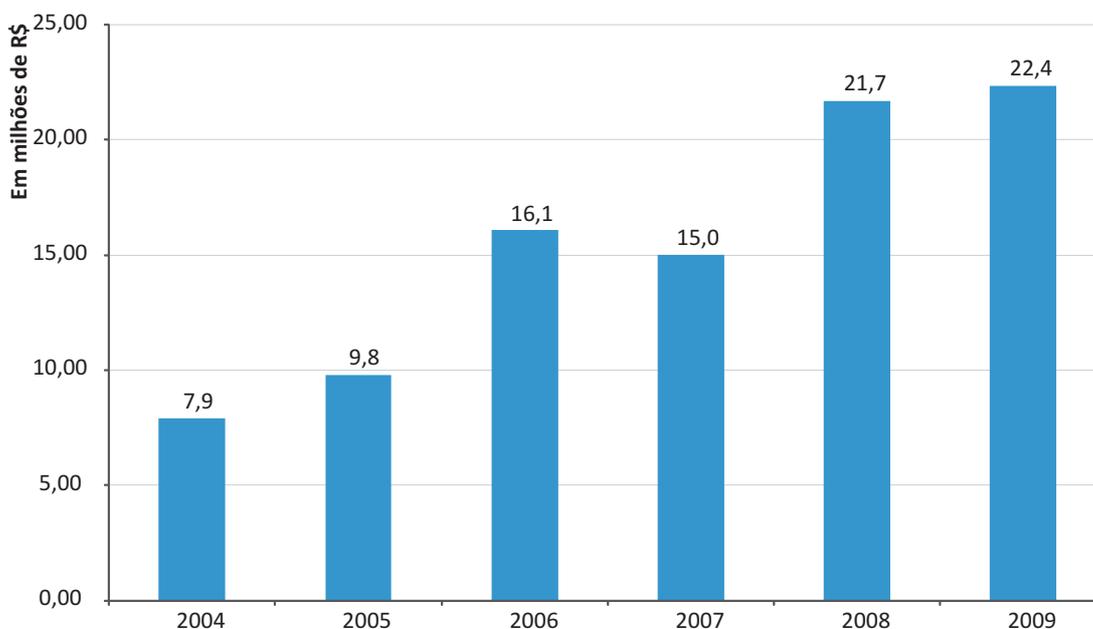
4.1 Esfera Estadual

O bom momento econômico vivido pelo país entre 2004 e 2008 aliado a uma boa administração financeira foram os elementos que contribuíram para um expressivo aumento da receita do Estado do Espírito Santo. A ampliação dos recursos nesse período deu respaldo ao aumento dos gastos para atender as demandas sociais e de infra-estrutura (GARSON, 2010).

Embora em expansão, as despesas do Estado foram sempre inferiores as receitas nesse período, o que possibilitou o acúmulo de recursos no caixa estadual, essencial à adoção de uma política contracíclica durante a crise de 2009 (AEQUUS, 2010; BUGARIN & SANTOS, 2011).

Nesse contexto, as demandas do setor cultural encontraram um ambiente favorável no orçamento estadual. Entre 2004 e 2009, os investimentos quase triplicaram (aumento de 182%), saltando de R\$ 7,9 milhões para 22,4 milhões. A exceção de 2007, os recursos aplicados pelo estado cresceram em todos os anos. Em média, a taxa de crescimento foi de 23% ao ano, o que corresponde a um aporte adicional de R\$ 2,8 milhões por ano (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Evolução da despesa por função cultural, Espírito Santo - 2004 a 2009 (Em milhões de R\$)

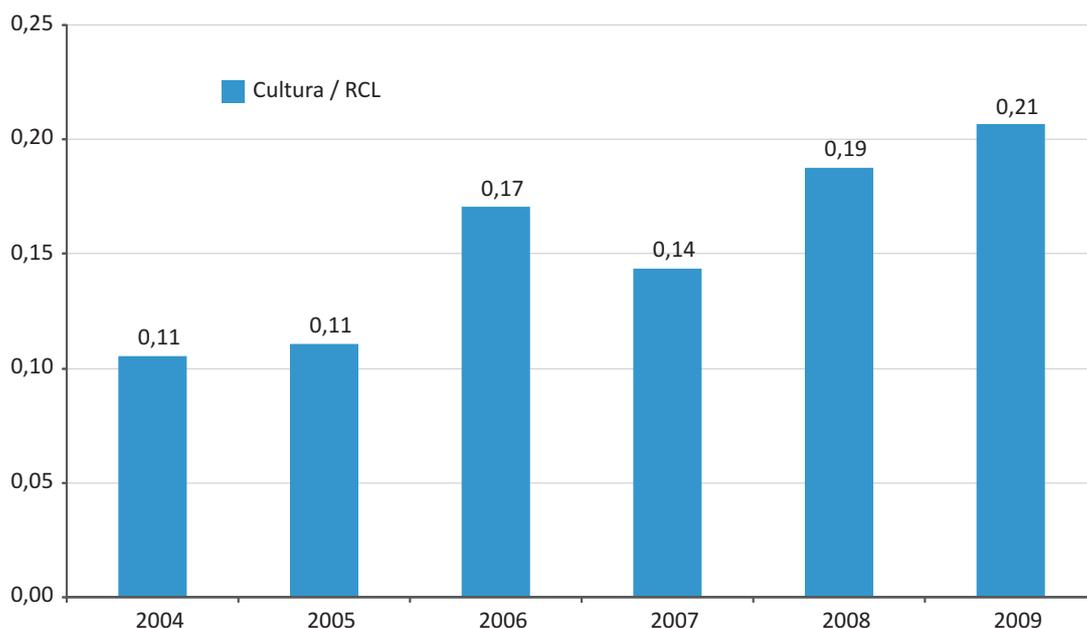


Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Elaboração: Economia do Setor Público e do Bem-Estar - IJSN.
Nota: A preços de 2009

O ritmo de expansão da despesa estadual com cultura foi superior ao de sua Receita Corrente Líquida (RCL). De 2004 a 2009 a RCL acumulou um aumento de 44,1% e uma taxa crescimento anual média de 7,6%.

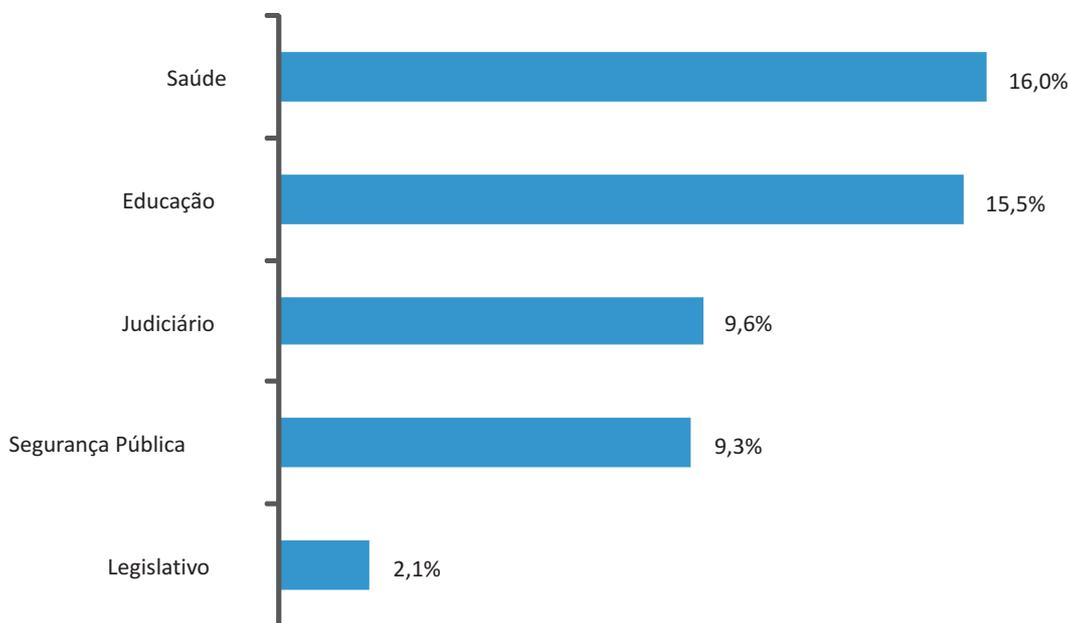
Com isso, a parcela da RCL estadual direcionada à cultura avançou de 0,11%, em 2004 para 0,21% em 2009 (Gráfico 4). O patamar bastante modesto de comprometimento dos recursos estaduais com a função é explicado pelos valores absorvidos pelas áreas que possuem recursos vinculados como a educação e a saúde, além da segurança pública cuja responsabilidade é atribuída a esfera estadual. Somam-se a elas os repasses aos poderes legislativo e judiciário. Juntas essas cinco funções consumiram mais da metade (52,6%) da RCL em 2009 (Gráfico 5). Como esse padrão de distribuição dos recursos costuma se repetir ao longo dos anos, sobra aproximadamente metade da RCL mais a receita de capital para ser dividida entre as demais 23 funções.

Gráfico 4 - Proporção dos gastos estaduais com cultura em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) - Espírito Santo - 2004 a 2009



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN
 Elaboração: Economia do Setor Público e do Bem-Estar - IJSN.
 Nota: A preços de 2009

Gráfico 5 - Participação das principais despesas do Estado na RCL



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN
 Elaboração: Economia do Setor Público e do Bem-Estar – IJSN.
 Nota: A preços de 2009

Desagregado por subfunções a distribuição dos investimentos em cultura ficou concentrada ao longo do período no item Demais Subfunções, seguidas da Difusão Cultural e do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico. Os anos de 2006 e 2007 marcaram a maior representatividade da subfunção Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico, em detrimento da subfunção Difusão Cultural.

A exceção de 2006, os gastos reunidos sob a denominação Demais Subfunções foram o destino de mais da metade dos recursos aplicados em cultura, representando em 2009, 59,5% do total. O maior crescimento absoluto também foi verificado nesta subfunção, cujo montante despendido aumentou em R\$ 8,55 milhões no período 2004-2009.

Tabela 4 - Despesa estadual na função cultura, Espírito Santo - 2004-2009
(em milhões de R\$)

Discriminação da despesa por função cultura	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%
Função cultura	7,92	100	9,78	100	16,07	100	15,00	100	21,68	100	22,35	100
Patrimônio histórico, artístico e arqueológico	0,73	9,16	1,01	10,35	5,27	32,81	3,75	24,98	2,78	12,85	4,08	18,23
Difusão cultural	2,44	30,75	3,03	30,94	4,38	27,27	2,54	16,91	4,35	20,06	4,97	22,22
Demais subfunções	4,76	60,09	5,74	58,71	6,41	39,92	8,72	58,11	14,54	67,09	13,31	59,55

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Elaboração: Economia do Setor Público e do Bem-Estar - IJSN.
Nota: A preços de 2009

O Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico apesar de receber a menor fatia dos recursos, foi a que apresentou o maior crescimento relativo de 2004 a 2009, com aumento de 461,5%. Segundo a definição dada pela Constituição Federal, no artigo 216, o Patrimônio Cultural compreende os bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, incluindo-se as edificações e os conjuntos urbanos.

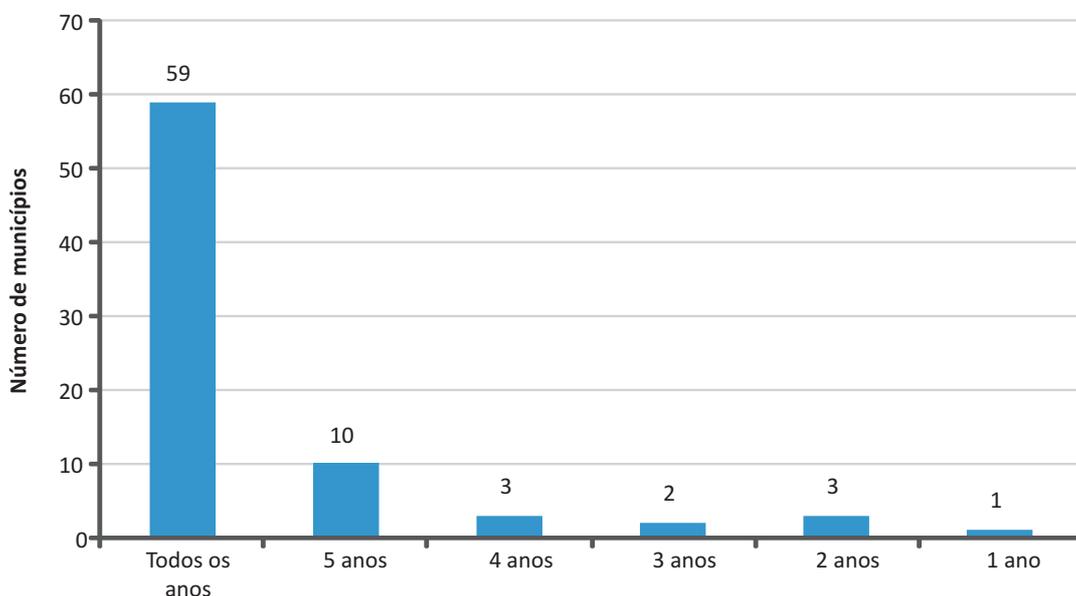
Por fim, a subfunção de Difusão Cultural apresentou uma participação média de 24,7% na despesa total em cultura. Esta subfunção geralmente corresponde às atividades de implementação e modernização de espaços culturais, realização de eventos culturais, produção e distribuição de material, entre outras atividades.

4.2 Esfera Municipal

A esfera municipal é a maior responsável pela alocação de recursos públicos no setor cultural, tendo papel estratégico na sua gestão, principalmente pela sua proximidade com as características locais e da população.

No entanto, nem todos os municípios aplicam recursos na área. Tomando por base o período 2004-2009, verifica-se que dos 78 municípios capixabas, 59 apresentaram gastos com a função cultura em todos os anos, 10 municípios em pelo menos um ano não acusaram despesa e apenas o município de Apicacá investiu somente uma vez, no ano de 2009 (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de municípios segundo anos de aplicação de recursos em cultura - 2004 a 2009



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN) - Finbra
 Elaboração: Economia do Setor Público e do Bem Estar – IJSN.

Por não existir uma obrigatoriedade de aplicação mínima de recursos na cultura, como ocorre com a educação e a saúde, muitas vezes as demandas emergenciais, a realidade socioeconômica e a restrição orçamentária com a qual se defronta o município, o impede de aplicar regularmente recursos na área cultural.

Em que pese essas limitações, o gasto com cultura do conjunto dos municípios capixabas evoluiu positivamente entre 2004 e 2008. Esse movimento foi beneficiado pela conjuntura econômica favorável que elevou tanto as receitas tributárias como as transferências constitucionais e legais recebidas (BORGES & VILLELA, 2010).

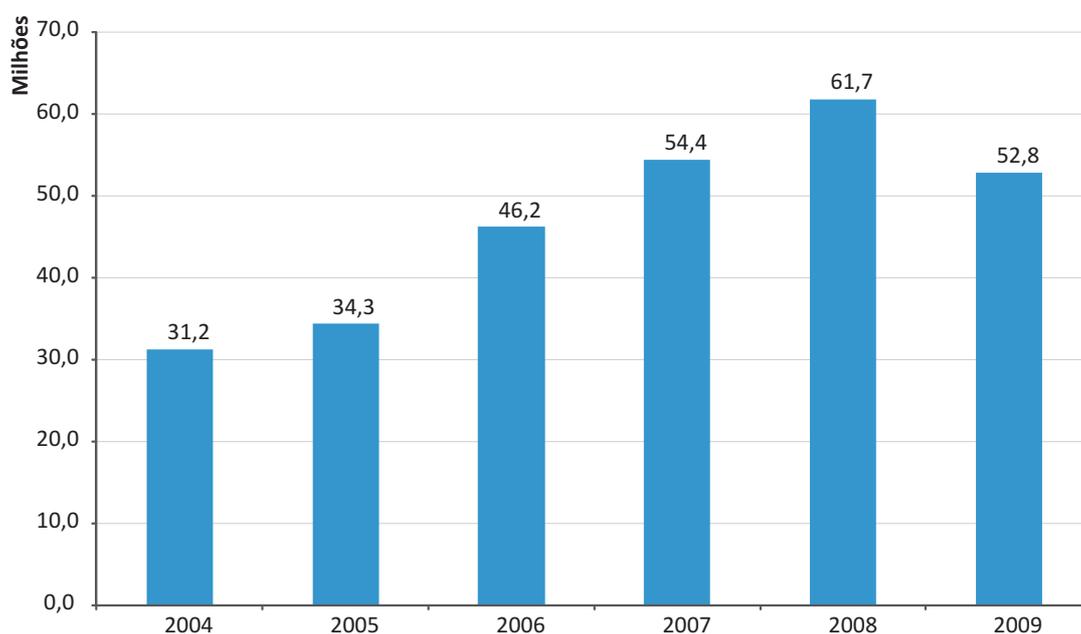
De 2004 a 2008 a despesa com cultura dos municípios cresceu expressivamente, acumulando um aumento de 97,9%, o que equivale a uma expansão média anual de 18,6%. Entretanto, em 2009, os valores aportados a área declinaram em -14,4%, o que representou um corte de cerca de R\$ 8 milhões em relação a 2008. No período 2004 a 2009, ainda soma-se um crescimento 69,3% nos gastos executados com a função cultura, que equivale a um crescimento anual de 11,1%.

Diferentemente do Estado, que realizou uma política contra-cíclica e consequentemente elevou suas despesas com cultura, em 2009, os municípios a reduziram, embora o anuário Finanças dos Municípios Capixabas mostre que os governos locais também acumularam poupança ao longo do período 2004-2008. Todavia, a mesma publicação chama atenção para o fato que a poupança pode estar inflada pelas disponibilidades dos Institutos de Previdência Municipal, cujos recursos devem ser

utilizados somente em favor dos servidores, não sendo possível sua utilização em qualquer tipo de política fiscal.

Portanto, a queda de 2009 pode ser explicada pelo impacto da crise econômica sobre as finanças dos municípios capixabas e a inexistência de uma poupança adequada para confrontar seus efeitos. Além disso, a retração pode ter sido afetada pelas discontinuidades que normalmente ocorrem na troca dos gestores públicos, uma vez que 2009 marca o início de um novo período político administrativo nos municípios.

Gráfico 7 - Evolução dos gastos com cultura do conjunto de municípios do Espírito Santo - 2004 a 2009



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN) - Finbra
 Elaboração: Economia do Setor Público e do Bem Estar – IJSN.
 Nota: A preços de 2009

Confrontando os anos de 2004 e 2009, observa-se que dos 78 municípios do estado, 58 apresentaram crescimento em seus dispêndios culturais, com destaque para Vila Valério (+258,4%), Piúma (+244,0%), Ibitirama (+125,8%), Afonso Cláudio (+108,8%) e Alto Rio Novo (+106,8%), que apresentaram expansão anual média superior a 100%. No caso dos três primeiros a substancial ampliação deve-se aos inexpressivos valores gastos em 2004, cujas cifras eram inferiores a R\$ 4 mil.

No mesmo período, 20 municípios reduziram seus gastos. Excluindo-se Bom Jesus do Norte, Conceição da Barra e Vila Pavão que não aplicaram recursos em 2009, as maiores quedas ocorreram em Ibitirama, Alegre, Marataízes e Itapemirim, cujos cortes foram de -45,5%, -44,5%, -39,4% e -31,1%, respectivamente².

² A Tabela A do Apêndice apresenta as variações de cada município. Para sete deles as variações foram calculadas para um período diferente, pois os mesmos não continham dados para o primeiro ou o último ano da série.

Diferentemente das despesas estaduais, a maior parte dos recursos dos municípios tem sido direcionadas a ações de Difusão Cultural. O montante médio gasto entre 2006 e 2009 foi de R\$ 39,3 milhões, correspondente a mais de 70% do gasto total em quase todo o período.

Tabela 5 - Discriminação dos gastos municipais com a função cultural, Espírito Santo - 2006 a 2009 (em milhões de R\$)

Discriminação da despesa por função cultura	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%
Função cultura	46,17	100,00	54,38	100,00	61,75	100,00	52,84	100,00
Patrimônio histórico, artístico e arqueológico	2,15	4,65	3,56	6,55	5,15	8,35	2,77	5,23
Difusão cultural	35,74	77,40	40,34	74,17	44,87	72,66	36,59	69,24
Demais subfunções	8,29	17,94	10,48	19,28	11,73	18,99	13,49	25,52

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN) - Finbra
 Elaboração: Economia do Setor Público e do Bem Estar - IJSN.
 Nota: A preços de 2009

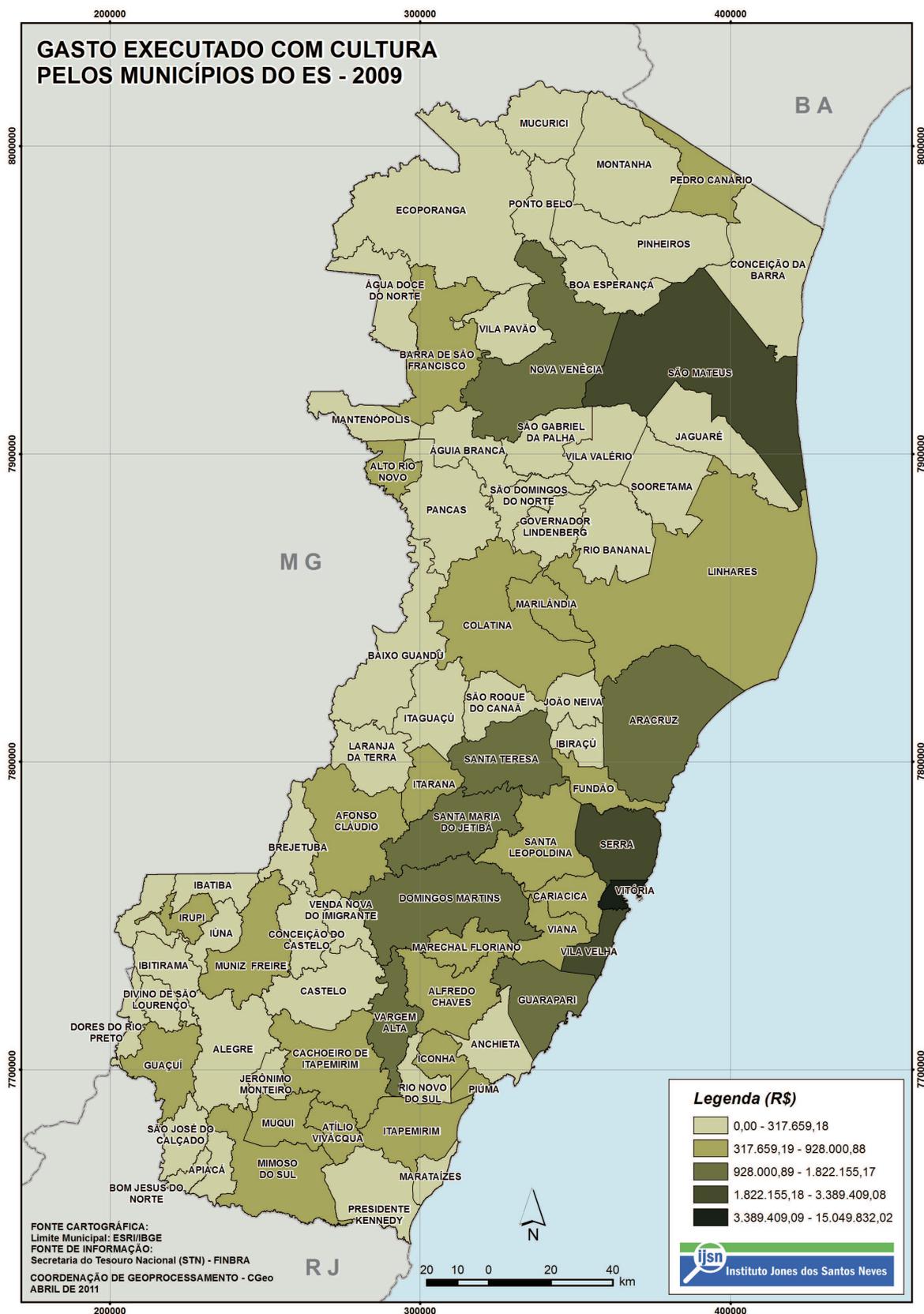
No entanto, do aumento de R\$ 6,6 milhões observado entre 2006 e 2009, R\$ 5,2 milhões foram destinados a Demais Subfunções. Conseqüentemente, a participação desse item nos gastos totais cresceu, alcançando 25,5% em 2009.

O Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico é a área que recebe a menor fatia dos recursos. De 2006 a 2009 sua participação média no total foi de 5,2%.

O mapa 3 apresenta a distribuição espacial do dispêndio em cultura, em 2009. A capital do estado, Vitória, exibiu o maior investimento, aplicando mais de R\$ 15 bilhões. Completam o ranking dos cinco maiores gastos Serra (R\$3.389.409,08), Vila Velha (R\$3.350.618,69), São Mateus (R\$2.794.751,34) e Guarapari (R\$1.822.155,17). Juntos eles responderam por metade do total aplicado.

Os maiores dispêndios tendem a ser realizadas pelos municípios mais populosos, uma vez que neles há maior demanda por eventos e espaços culturais. Dessa forma, as 11 localidades com mais de 50 mil habitantes estão presentes na lista dos 21 maiores gastos com a função. No entanto, com relação à despesa per capita os maiores valores pertencem aos municípios de menor porte populacional.

Mapa 3 - Gastos per capita executados pelos municípios, Espírito Santo - 2009

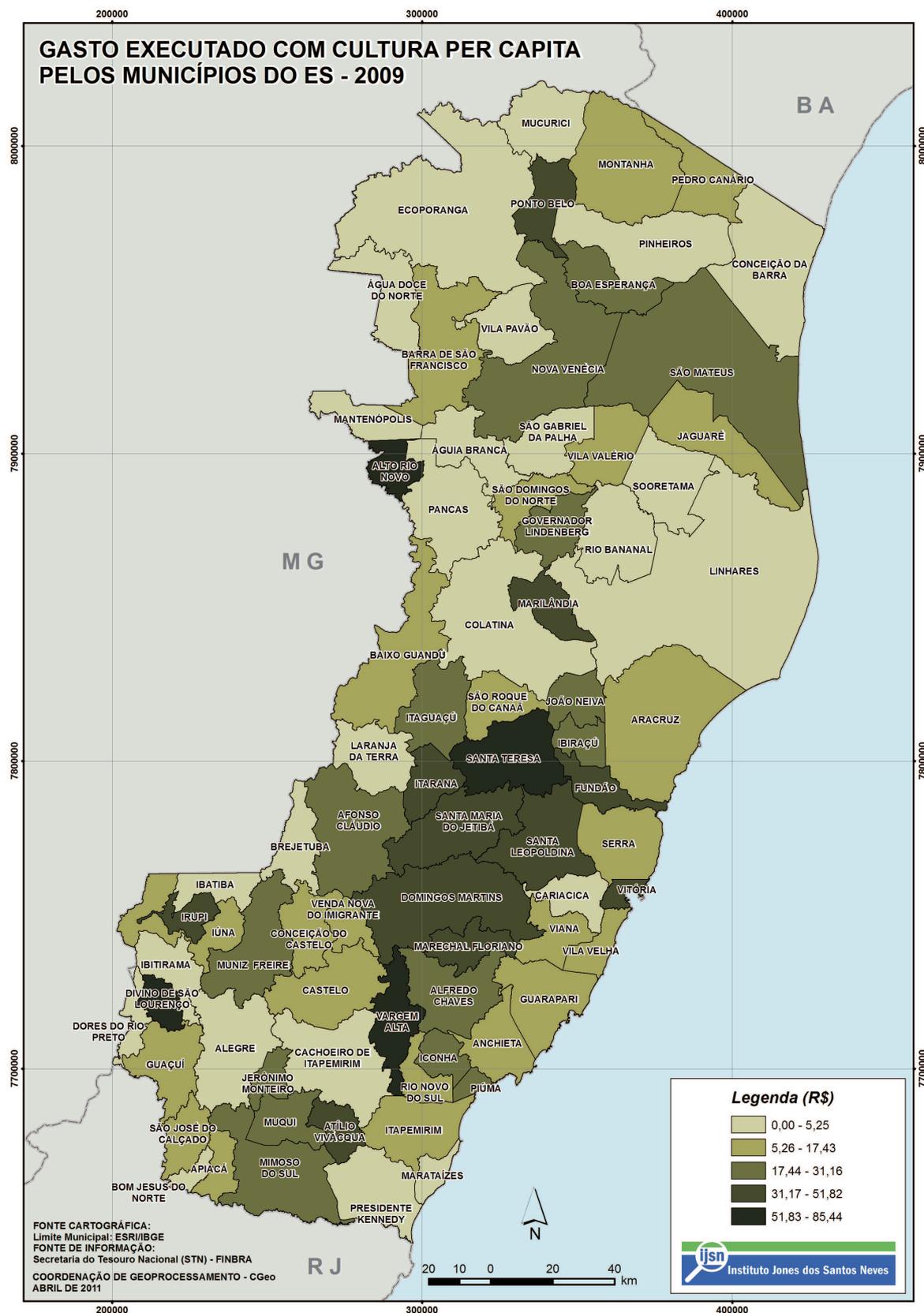


Observe no mapa 4 que a liderança do ranking da despesa com cultura per capita é significativamente diferente do anterior, pois nesse caso o indicador resulta da divisão do gasto pela população local. Logo, os maiores valores per capita não pertencem aos municípios que executam o maior dispêndio.

Em 2009, a liderança do indicador coube a Vargem Alta com R\$ 85,44 por habitante, seguido de Santa Teresa e Alto Rio Novo com R\$ 78,36 e R\$ 77,47 per capita, respectivamente. O município de Vitória que possui o maior volume de investimento total, como também é uma das cidades mais populosas do estado (320 mil habitantes), encontra-se na oitava posição em relação ao gasto per capita, com um investimento de R\$47,01 por habitante (Mapa 4 e Tabela B - Apêndice).

Em termos médios, os gastos per capita com cultura dos municípios alcançaram R\$18,82. Sendo que dos 78 municípios do estado, 30 despenderam valores superiores a média, enquanto 9 aplicaram menos que R\$1,00 por habitante. Vale lembrar que entre eles estão Conceição da Barra, Presidente Kennedy, Bom Jesus do Norte e Vila Pavão, que não apresentaram nenhum gasto com a função cultura em 2009.

Mapa 4 - Gasto per capita com cultura por municípios, Espírito Santo - 2009

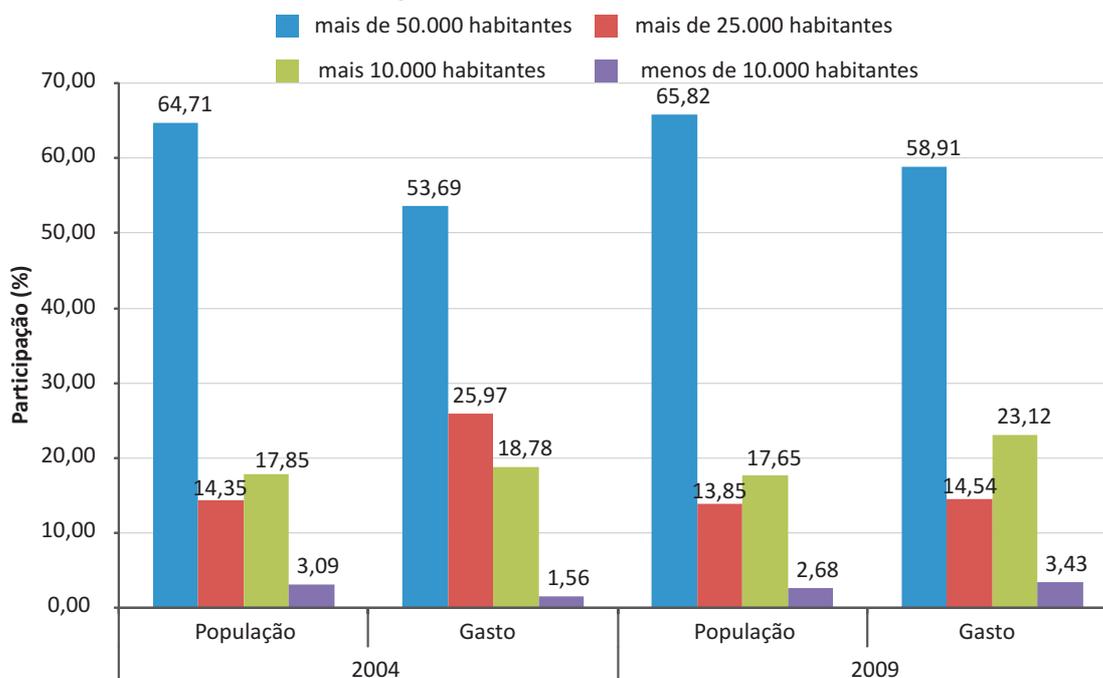


Agrupados em quatro faixas populacional, observa-se os maiores municípios, aqueles com mais de 50 mil habitantes, elevaram sua participação no total dos recursos alocados na cultura, passando de 53,7% em 2004 para 58,9% em 2009. O aumento de pouco mais de 5 pontos percentuais (p.p) superou o avanço de 1,1 p.p da população do grupo. Conseqüentemente, o gasto por habitante aumentou 80,4% nesse período, alcançando a média de R\$ 14,00 por habitante em 2009.

As localidades com mais de 25 mil e menos de 50 mil habitantes apresentaram uma ligeira diminuição na participação populacional (0,5 p.p.) e uma acentuada queda na participação das despesas culturais (11,4 p.p.), que foi influenciada principalmente pelos municípios de Itapemirim e Guaçuí. A retração observada no primeiro é explicada pelo gasto atípico (R\$ 3.140.740,80) exibido em 2004, que pode ter ocorrido por execução de obras (Tabela A - Apêndice). Este grupo é o único a apresentar queda no dispêndio per capita em 2009 com relação a 2004, passando de R\$17,30 para R\$15,44 por habitante (Gráfico 9).

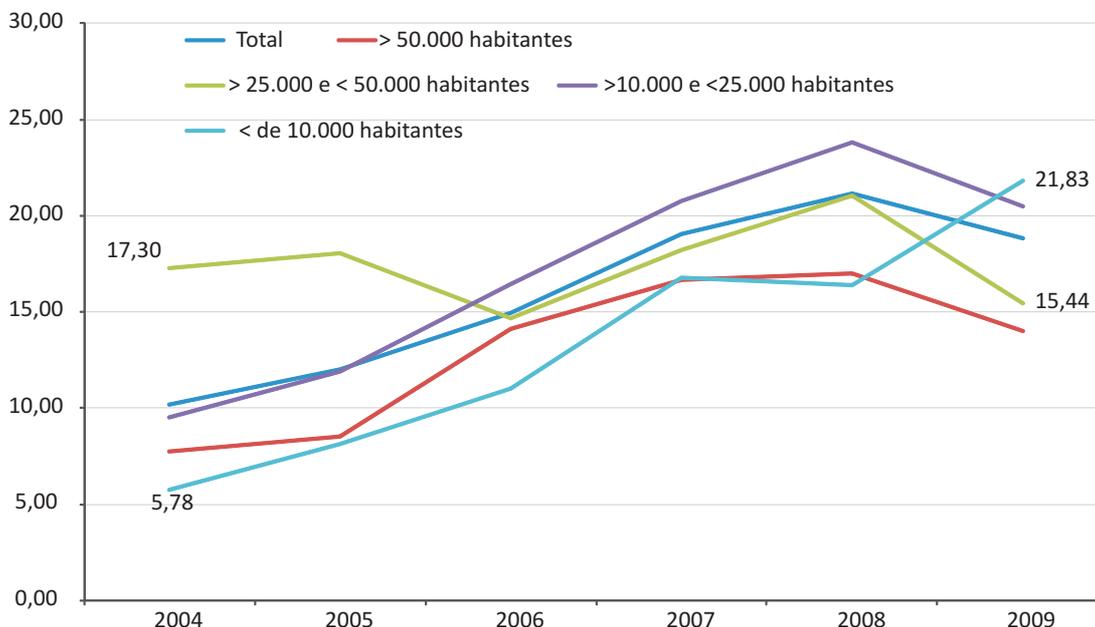
O terceiro grupo apresenta o maior contingente de municípios (40), que engloba a faixa demográfica abaixo de 25 mil e acima de 10 mil habitantes. Em 2004, os municípios representavam 17,8% da população e a participação no dispêndio cultural foi de 18,8%. Em 2009, estes estados tiveram praticamente a mesma participação populacional (18,7%), no entanto, uma participação maior no dispêndio cultural (23,1%). Como resultado, observa-se uma tendência de crescimento no gasto per capita, sendo que estes municípios apresentaram de 2006 a 2008 a maior média de despesa per capita com cultura em relação aos outros grupos.

Gráfico 8 - Participação na população e nos gastos com cultura segundo o tamanho do município - 2004 a 2009



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN) - Finbra
 Elaboração: Economia do Setor Público e do Bem Estar – IJSN.
 Nota: A preços de 2009

Gráfico 9 - Evolução do gasto per capita com cultura segundo o tamanho do município - 2004 e 2009



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN) - Finbra
 Elaboração: Economia do Setor Público e do Bem Estar – IJSN.
 Nota: A preços de 2009

Por fim, os municípios com menos de 10 mil habitantes apresentaram o maior crescimento do gasto per capita, passando de um gasto por habitante de R\$ 5,78 em 2004 para R\$ 21,83 em 2009, o que representa um crescimento de 277,7%. O resultado decorreu tanto de uma menor participação populacional, quanto por um aumento nos gastos executados (Gráfico 8).

Dessa forma, observa-se que os menores municípios são os que detêm o maior dispêndio cultural per capita em 2009, situação diferente da apresentada em 2004. Tal fato mostra que, mesmo as grandes cidades tendo o maior montante absoluto de aplicação dos recursos, ao considerar a aplicação por habitante, os recursos culturais não estão concentrados.

Em 2009, a participação média dos gastos culturais dos municípios sobre a RCL foi de 1,18%, o que mostra que estes estão investindo mais de seus orçamentos nesta função que o Estado. Os pequenos municípios foram os que mais priorizaram dispêndios com cultura, com destaque para Vargem Alta (4,96%), Santa Teresa (4,83%) e Alto Rio Novo (4,01%) (Tabela C – Apêndice). No entanto, observa-se uma maior regularidade no percentual destinado a cultura nos grandes municípios do que nos pequenos. Ocorre com frequência, como é o caso de Vargem Alta, de em determinado ano o município não apresentar investimento na função e no ano seguinte destinar uma boa parte do orçamento para a área.

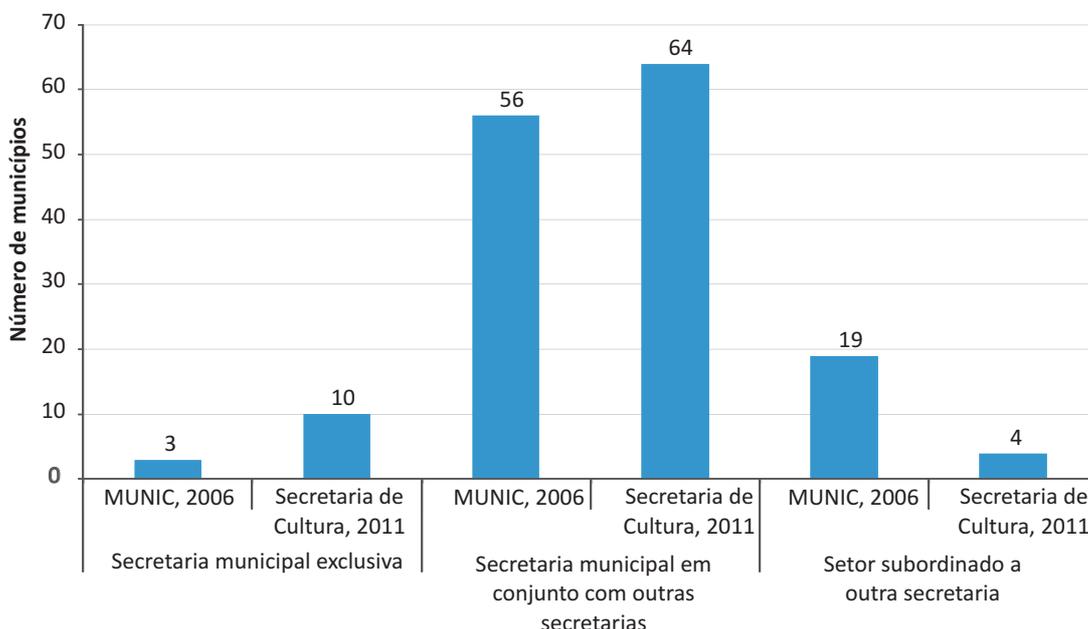
As diferenças entre os gastos municipais podem surgir devido a diferenças institucionais. O gráfico 10

mostra o número de municípios segundo a caracterização institucional dos órgãos gestores, os dados são referentes a Pesquisa e informações básicas municipais (MUNIC) de 2006 e do levantamento realizado pela Secretaria de Cultura do estado do Espírito Santo em 2011.

Ao analisar os órgãos gestores de cultura, vê-se que na maioria dos municípios capixabas a cultura ainda está acoplada a outras pastas, como educação, esporte e turismo. O número de municípios com esta gestão aumentou de 56 em 2006 para 64 em 2011, isto é, 82,0% dos municípios capixabas possuem secretaria de cultura em conjunto com outras políticas. Tem-se ainda 5,1% dos municípios em que a cultura é subordinada a outro tipo de secretaria, o que concede um caráter marginal a cultural frente a outras políticas.

O setor cultural lida com uma abrangência de questões (formação de artistas, estímulo a criação, difusão e circulação, infra-estrutura, preservação do patrimônio cultural, entre outras), que lhe configuram um alto grau de complexidade. Assim, é necessário que haja desenhos institucionais adequados. Na medida em que esta fica subordinada ou em conjunto com outras políticas, o setor cultural é renegado a um caráter marginal. Pelo levantamento realizado pela Secretaria de Cultura em 2011, foi possível observar que os municípios que se encontram nesse tipo de configuração institucional muitas vezes não possuem um orçamento próprio para o setor cultural.

Gráfico 10 - Número de municípios segundo caracterização do órgão gestor - 2006 e 2011



Fonte: Munic., 2006 e Inventário Cultural da Secretaria de Cultura do Espírito Santo, 2011
 Elaboração: Economia do Setor Público e do Bem Estar – IJSN.

Por outro lado, observa-se uma melhora do quadro institucional da área cultural no Espírito Santo, a partir do aumento verificado no número de municípios que possuem secretaria exclusiva. Em 2006, segundo a Munic, eram apenas três os municípios; já em 2009, este número sobe para 10, totalizando 12,8% dos municípios.

A melhor estrutura dos órgãos gestores da área cultural está de certa forma relacionado com o tamanho dos municípios. Entre os dez municípios com secretaria exclusiva, seis deles são municípios que possuem mais de 50 mil habitantes³.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar os gastos realizados pelo setor público na área cultural, com foco principal no estado do Espírito Santo. Foram analisados os gastos efetuados pelas três esferas de governo, assim como a composição e distribuição dos gastos, com vista a prover o governo de informações sobre o dispêndio realizado nesta área.

O estudo apresenta uma análise apenas preliminar, sendo que estudos mais aprofundados nesta área tornam-se desejáveis a fim de se conhecer um pouco mais deste tema tão complexo e amplo como é a cultura. Não obstante, pode-se já firmar algumas observações relevantes da dinâmica dos investimentos nesta área.

No que diz respeito aos gastos realizados pelas três esferas de governo, observou-se o importante papel que os municípios assumem culturalmente, sendo os principais gestores dos gastos públicos na área. Em 2009, o dispêndio dos municípios representou 45,8% dos gastos totais, enquanto que os Estados tiveram uma participação de 35,9% e a União de 18,3%.

Ao longo dos anos a esfera estadual apresentou aumento na despesa em ações voltadas para a área cultural. Mesmo com o aumento, o montante gasto em cultura ainda é marginal, representando em 2009, 0,21% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado. A maior parte do dispêndio cultural realizado pelo estado é alocado nas Demais Subfunções.

No que tange aos gastos realizados pelos municípios, as maiores aplicações em valores absolutos foram observados nos grandes municípios; por outro lado, ao se levar em conta o tamanho da população as médias dos gastos per capita dos pequenos municípios foram superiores aos grandes municípios. Diferentemente das aplicações estaduais, nos municípios os gastos se concentram nas ações de Difusão Cultural, relacionadas a atividades de implementação e modernização de espaços culturais, realização de eventos, produção e distribuição de material, entre outras atividades. Analisando os órgãos gestores, verificou-se que poucos são os municípios que possuem secretaria de cultura exclusiva (12,8% em 2009). Predomina a gestão cultural em conjunto com outras políticas (82,0% em 2009), como educação, turismo e esporte. Tal configuração mostra que a cultura ainda apresenta um papel marginal nas políticas públicas. Conforme ressalta a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Suplemento MUNIC, 2006) quando a cultura tem a sua gestão através de secretaria exclusiva observa-se uma maior utilização de recursos específicos como a realização de despesas na função, a existência de legislação específica, Fundo Municipal e Conselho Municipal.

³ Os dez municípios com secretaria exclusiva são: Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Irupi, Linhares, Marataízes, Mimoso do Sul, Presidente Kennedy, São Mateus, Vila Velha e Vitória.

APÊNDICE
Tabela A - Gastos executados com a função cultura pelos municípios do Espírito Santo - 2004 a 2009

Unidades da Federação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Taxa de crescimento anual (2004-2009)
Vila Valério	285,14	513,13	127.698,20	146.734,12	129.438,43	168.707,29	258,4
Piúma	735,02	12.063,25	54.657,07	27.363,05	87.402,42	354.044,21	244,0
Ibiraçu	4.172,52	12.578,42	267.923,22	63.752,94	115.701,30	245.172,44	125,8
Afonso Cláudio	23.376,73	26.329,00	36.312,56	437.329,96	195.179,26	928.000,88	108,8
Alto Rio Novo	12.643,65	80.099,85	156.279,26	187.569,00	248.208,18	478.140,53	106,8
Santa Teresa	56.991,22	257.446,81	0,00	714.751,31	1.300.874,99	1.625.414,60	95,4
São Domingos do Norte	5.502,06	30.575,39	50.088,56	52.548,05	35.018,91	142.086,93	91,6
Barra de São Francisco	27.004,47	25.478,48	11.155,02	70.028,72	1.093.477,70	629.091,12	87,7
Santa Maria de Jetibá	55.887,04	18.068,13	27.735,30	801.293,44	974.343,77	1.183.114,15	84,1
Ponto Belo	12.502,88	24.675,35	15.834,22	75.277,03	120.137,74	244.290,88	81,2
Itaguaçu	17.235,01	122.411,26	539.335,73	429.126,11	683.804,82	317.659,18	79,1
Aracruz	91.594,86	464.683,48	3.137.495,38	1.859.456,57	1.369.241,22	1.304.929,00	70,1
Alfredo Chaves	37.873,93	65.406,91	17.583,48	49.023,24	63.559,92	427.385,07	62,4
Mimoso do Sul	64.074,66	265.355,29	467.265,22	327.405,96	330.157,51	689.133,0	60,8
Colatina	56.551,34	168.749,09	928.187,63	1.402.596,40	1.019.933,62	584.271,62	59,5
Santa Leopoldina	78.512,36	423.702,51	558.007,52	653.088,52	737.323,88	572.663,77	48,8
São Gabriel da Palha	23.638,70	25.035,40	64.654,95	80.085,19	116.695,27	151.396,98	45,0
Iconha	58.318,41	208.644,17	258.842,97	429.236,91	665.141,10	370.868,48	44,8
Anchieta	33.178,65	107.164,95	61.849,28	493.266,61	1.426.986,54	189.208,79	41,6
Rio Novo do Sul	20.050,65	168.834,83	84.320,49	126.376,03	164.589,65	104.902,63	39,2
Boa Esperança	48.301,10	9.369,17	89.376,19	131.233,25	273.764,83	250.893,42	39,0
Marechal Floriano	108.242,77	262.652,36	725.637,50	498.895,63	540.408,09	482.768,11	34,9
Rio Bananal	18.052,66	14.454,51	14.062,49	22.890,26	31.293,27	65.332,80	29,3
Itarana	154.026,27	311.316,73	608.749,77	575.099,47	525.713,31	535.164,91	28,3
Nova Venécia	315.024,69	704.779,09	538.989,09	403.213,55	592.762,10	1.077.173,81	27,9
Atilio Vivacqua	149.833,91	285.979,16	266.464,57	644.719,71	424.960,47	485.052,31	26,5
Fundão	189.164,33	337.209,19	352.433,51	619.945,42	543.294,74	601.919,90	26,0
Viana	264.907,11	408.867,41	496.600,14	1.967.218,60	1.266.545,82	828.497,46	25,6
Vila Velha	1.075.147,92	1.386.735,80	1.515.042,99	1.981.330,04	3.759.065,45	3.350.618,69	25,5
Iúna	104.602,36	41.867,02	121.137,61	496.384,71	595.282,36	297.182,79	23,2
Água Doce do Norte	16.283,32	20.883,15	50.460,75	165.575,80	360.993,11	45.397,54	22,8
Vargem Alta	676.130,56	690.640,88	0,00	0,00	0,00	1.592.402,80	18,7
Serra	1.500.365,85	1.609.947,8	2.384.339,92	2.643.593,36	2.848.154,24	3.389.409,08	17,7
João Neiva	128.311,60	235.584,95	357.486,72	267.397,57	1.104.405,47	277.123,96	16,6
Mantenedora	20.625,21	83.467,55	99.580,52	11.997,71	22.986,58	44.062,58	16,4
Baixo Guandu	128.685,93	754.318,91	1.949.424,62	346.311,99	353.640,22	269.455,14	15,9
Venda Nova do Imigrante	92.336,55	117.564,00	168.470,99	244.745,02	268.688,81	189.998,39	15,5

Continua

Tabela A - Gastos executados com a função cultura pelos municípios do Espírito Santo - 2004 a 2009

Continuação

Unidades da Federação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Taxa de crescimento anual (2004-2009)
Guarapari	966.376,93	832.191,73	0,00	27.942,21	1.767.051,72	1.822.155,17	13,5
Vitória	8.424.380,17	7.776.167,31	15.525.403,16	17.020.319,22	16.677.296,45	15.049.832,02	12,3
Irupi	224.157,50	192.049,78	334.168,04	618.063,46	580.834,10	380.851,87	11,2
Muniz Freire	207.666,60	321.033,73	395.607,93	327.458,75	373.706,17	348.082,24	10,9
Cachoeiro de Itapemirim	541.615,14	648.966,40	941.937,32	1.765.977,33	3.364.951,72	894.768,62	10,6
Divino de São Lourenço	182.878,53	111.869,80	181.102,22	194.281,93	214.730,13	302.049,34	10,6
Ecoporanga	42.834,39	337.208,84	94.024,72	84.043,18	87.733,58	67.908,00	9,7
Jerônimo Monteiro	193.529,62	286.543,76	145.774,66	208.549,85	208.048,70	296.638,61	8,9
Montanha	163.036,02	61.342,98	74.492,02	66.357,66	84.565,18	228.021,59	6,9
Domingos Martins	1.010.530,23	1.253.692,35	1.352.907,21	1.100.143,55	1.394.070,30	1.217.639,61	3,8
Linhares	489.965,88	528.627,81	52.999,07	270.224,22	185.168,95	543.255,51	2,1
Governador Lindenberg	276.874,98	78.968,54	245.027,62	245.382,92	367.566,02	301.068,92	1,7
Muqui	408.206,05	327.245,77	362.964,58	412.756,16	387.591,66	437.561,76	1,4
São Mateus	2.631.406,73	3.011.519,96	3.220.016,28	3.105.966,03	3.342.043,83	2.794.751,34	1,2
Castelo	338.369,60	363.497,81	474.746,89	966.939,89	332.352,88	281.539,23	-3,6
Cariacica	707.147,80	381.725,46	287.903,35	360.027,13	528.614,20	563.942,06	-4,4
São José do Calçado	127.573,26	226.899,62	0,00	0,00	0,00	87.783,00	-7,2
Dores do Rio Preto	8.760,71	7.494,18	5.759,76	1.173,57	4.756,58	5.827,48	-7,8
Pedro Canário	561.592,52	799.243,16	0,00	1.318.319,44	936.783,38	361.322,83	-8,4
Pinheiros	143.419,68	185.641,22	1.038.354,95	688.778,35	526.456,47	62.529,77	-15,3
Pancas	221.250,59	225.760,76	48.824,79	174.814,89	344.218,80	74.814,92	-19,5
Sooretama	155.782,91	84.897,47	916.274,79	40.091,48	34.422,60	48.692,27	-20,8
Jaguaré	800.814,42	1.133.417,89	828.775,74	351.161,02	234.562,56	228.990,39	-22,2
Guaçuí	1.443.704,21	1.061.015,39	973.396,64	1.460.285,58	1.888.167,93	395.133,26	-22,8
Águia Branca	58.391,85	89.543,26	27.626,73	32.502,93	17.128,00	15.500,18	-23,3
Conceição do Castelo	568.296,36	0,00	169.751,39	629.651,19	82.151,37	117.341,69	-27,1
Ibatiba	4.533,80	17.947,68	16.946,24	447,08	0,00	829,10	-28,8
Itapemirim	3.140.740,77	1.009.964,75	297.442,46	453.715,63	811.777,17	488.603,83	31,1
Marataízes	613.159,45	1.048.726,26	0,00	78.622,66	89.550,91	50.000,00	-39,4
Alegre	482.890,00	286.999,73	539.778,02	1.111.958,59	973.661,54	25.500,00	-44,5
Ibitirama	10.359,00	30.667,65	644,53	0,00	646,21	498,80	-45,5
Bom Jesus do Norte	27.682,46	0,00	2.542,97	0,00	0,00	0,00	-100,0
Conceição da Barra	329.723,14	1.695.892,73	0,00	11.176,88	202.770,04	0,00	-100,0
Vila Pavão	16.938,59	105.187,65	289.088,17	284.469,13	397.149,26	0,00	-100,0

Continua

Tabela A - Gastos executados com a função cultura pelos municípios do Espírito Santo - 2004 a 2009

Unidades da Federação							Conclusão
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Taxa de crescimento anual (2004-2009)
Brejetuba ¹	0,00	16.541,86	82.058,60	164.988,95	102.922,42	45.563,12	28,8
Laranja da Terra ¹	0,00	7.709,07	3.550,78	6.639,07	227.33334,15	10.838,35	8,9
Marilândia ²	0,00	0,00	247.827,39	311.767,83	574.431,83	535.244,44	29,3
Mucurici ²	0,00	0,00	70,84	25.472,82	5.551,43	30.361,58	654,0
São Roque do Canaã ²	0,00	0,00	390.842,34	0,00	0,00	121.754,73	-32,2
Presidente Kennedy ³	0,00	0,00	0,00	15.019,72	9.596,60	0,00	
Apiacá ³	0,00	0,00	390.842,34	0,00	0,00	107.272,00	
Média	399.932,84	440.123,79	591.950,20	697.209,64	791.660,77	677.402,60	31,15

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN) - Finbra

Elaboração: Economia do Setor Público e do Bem Estar – IJSN.

¹ Taxa de crescimento anual calculada para o período de 2005 a 2009

² Taxa de crescimento anual calculada para o período de 2004 a 2009

³ Por não haver aplicação de recursos em determinados anos, não foi calculada a taxa de crescimento anual

Tabela B - Gasto per capita com cultura realizado pelos municípios do Espírito Santo - 2004 a 2009

Grupos populacionais	Municípios	População	Gasto com cultura 2009 (R\$)	Gasto per capita
Grupo 1 - Municípios com mais de 50 mil habitantes	Vila Velha	413.548,00	3.350.618,69	8,10
	Serra	404.688,00	3.389.409,08	8,38
	Cariacica	365.859,00	563.942,06	1,54
	Vitória	320.156,00	15.049.832,02	47,01
	Cachoeiro de Itapemirim	201.259,00	894.768,62	4,45
	Linhares	132.664,00	543.255,51	4,09
	Colatina	111.365,00	584.271,62	5,25
	Guarapari	104.534,00	1.822.155,17	17,43
	São Mateus	101.613,00	2.794.751,34	27,50
	Aracruz	78.658,00	1.304.929,00	16,59
	Viana	60.829,00	828.497,46	13,62
Grupo 2 - Municípios com 50 mil e mais de 25 mil habitantes	Nova Venécia	46.354,00	1.077.173,81	23,24
	Barra de São Francisco	41.645,00	629.091,12	15,11
	Santa Maria de Jetibá	33.921,00	1.183.114,15	34,88
	Castelo	33.212,00	281.539,23	8,48
	Itapemirim	32.761,00	488.603,83	14,91
	Marataízes	32.502,00	50.000,00	1,54
	Domingos Martins	32.455,00	1.217.639,61	37,52
	Afonso Cláudio	31.384,00	928.000,88	29,57
	Alegre	31.143,00	25.500,00	0,82
	São Gabriel da Palha	30.604,00	151.396,98	4,95
	Baixo Guandu	29.891,00	269.455,14	9,01
	Mimoso do Sul	27.124,00	689.133,01	25,41
	Conceição da Barra	27.059,00	0,00	0,00
	Guaçuí	26.743,00	395.133,26	14,78
Grupo 3 - Municípios com 25 mil e mais de 10 mil habitantes	Lúna	26.239,00	297.182,79	11,33
	Pedro Canário	24.404,00	361.322,83	14,81
	Ecoporanga	23.891,00	67.908,00	2,84
	Pinheiros	23.874,00	62.529,77	2,62
	Sooretama	23.761,00	48.692,27	2,05
	Jaguaré	23.472,00	228.990,39	9,76
	Santa Teresa	20.742,00	1.625.414,60	78,36
	Ibatiba	20.471,00	829,10	0,04
	Anchieta	20.226,00	189.208,79	9,35
	Venda Nova do Imigrante	20.028,00	189.998,39	9,49
	Montanha	18.856,00	228.021,59	12,09
	Vargem Alta	18.637,00	1.592.402,80	85,44
Pancas	18.497,00	74.814,92	4,04	

Continua

Tabela B - Gasto per capita com cultura realizado pelos municípios do Espírito Santo - 2004 a 2009

Conclusão

Grupos populacionais	Municípios	População	Gasto com cultura 2009 (R\$)	Gasto per capita
Grupo 3 - Municípios com 25 mil e mais de 10 mil habitantes	Muniz Freire	18.358,00	348.082,24	18,96
	Rio Bananal	17.247,00	65.332,80	3,79
	Piúma	17.212,00	354.044,21	20,57
	Fundão	16.431,00	601.919,90	36,63
	João Neiva	14.621,00	277.123,96	18,95
	Alfredo Chaves	14.585,00	427.385,07	29,30
	Muqui	14.377,00	437.561,76	30,43
	Itaguaçu	14.171,00	317.659,18	22,42
	Vila Valério	14.048,00	168.707,29	12,01
	Marechal Floriano	13.302,00	482.768,11	36,29
	Boa Esperança	13.119,00	250.893,42	19,12
	Santa Leopoldina	12.743,00	572.663,77	44,94
	Água Doce do Norte	12.091,00	45.397,54	3,75
	Iconha	11.901,00	370.868,48	31,16
	Conceição do Castelo	11.851,00	117.341,69	9,90
	Mantenedópolis	11.630,00	44.062,58	3,79
	Rio Novo do Sul	11.447,00	104.902,63	9,16
	Jerônimo Monteiro	11.235,00	296.638,61	26,40
	Laranja da Terra	11.136,00	10.838,35	0,97
	Brejetuba	11.097,00	45.563,12	4,11
	São José do Calçado	10.965,00	87.783,00	8,01
	Presidente Kennedy	10.903,00	0,00	0,00
	São Roque do Canaã	10.817,00	121.754,73	11,26
	Irupi	10.735,00	380.851,87	35,48
	Ibiraçu	10.724,00	245.172,44	22,86
	Marilândia	10.676,00	535.244,44	50,14
Itarana	10.667,00	535.164,91	50,17	
Governador Lindenberg	10.420,00	301.068,92	28,89	
Bom Jesus do Norte	9.672,00	0,00	0,00	
Águia Branca	9.503,00	15.500,18	1,63	
Atilio Vivacqua	9.361,00	485.052,31	51,82	
Ibitirama	9.238,00	498,80	0,05	
Vila Pavão	9.126,00	0,00	0,00	
São Domingos do Norte	8.205,00	142.086,93	17,32	
Apiacá	7.883,00	107.272,00	13,61	
Ponto Belo	7.247,00	244.290,88	33,71	
Dores do Rio Preto	6.293,00	5.827,48	0,93	
Alto Rio Novo	6.172,00	478.140,53	77,47	
Mucurici	5.910,00	30.361,58	5,14	
Divino de São Lourenço	5.011,00	302.049,34	60,28	
Grupo 4 - Municípios com menos de 10 mil habitantes				

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN) - Finbra
 Elaboração: Economia do Setor Público e do Bem Estar – IJSN.

Tabela C - Participação do dispêndio cultural segundo a RCL dos municípios do Espírito Santo - 2004 a 2009

Município	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Afonso Cláudio	0,10	0,09	0,11	1,29	0,50	2,44
Água Doce do Norte	0,15	0,15	0,33	1,06	1,97	0,26
Águia Branca	0,56	0,72	0,21	0,23	0,10	0,10
Alegre	1,82	1,03	1,76	3,17	2,50	0,06
Alfredo Chaves	0,32	0,48	0,09	0,23	0,26	1,94
Alto Rio Novo	0,17	0,93	1,51	1,75	1,71	4,02
Anchieta	0,07	0,18	0,08	0,50	1,38	0,17
Apiacá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,83
Aracruz	0,06	0,23	1,45	0,88	0,59	0,61
Atilio Vivacqua	1,13	2,03	1,85	4,34	2,36	2,90
Baixo Guandu	0,41	2,01	4,93	0,87	0,81	0,67
Barra de São Francisco	0,10	0,07	0,03	0,15	2,02	1,26
Boa Esperança	0,34	0,06	0,48	0,65	1,25	1,17
Bom Jesus do Norte	0,32	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00
Brejetuba	0,00	0,13	0,52	0,89	0,51	0,24
Cachoeiro de Itapemirim	0,42	0,42	0,53	0,95	1,59	0,45
Cariacica	0,50	0,21	0,14	0,15	0,20	0,22
Castelo	1,17	1,02	1,19	2,18	0,63	0,59
Colatina	0,06	0,14	0,73	1,01	0,68	0,39
Conceição da Barra	1,12	4,67	0,00	0,03	0,39	0,00
Conceição do Castelo	4,23	0,00	0,86	3,02	0,35	0,56
Divino de São Lourenço	2,85	1,49	2,08	2,13	2,11	3,42
Domingos Martins	3,10	3,38	3,36	2,58	2,80	2,65
Dores do Rio Preto	0,11	0,08	0,06	0,01	0,04	0,05
Ecoporanga	0,18	1,20	0,32	0,27	0,25	0,26
Fundão	1,21	1,92	1,43	2,22	1,62	2,14
Governador Lindenberg	2,47	0,62	1,51	1,53	2,10	1,82
Guaçuí	6,76	4,39	3,26	4,37	4,33	1,07
Guarapari	1,25	0,95	0,00	0,03	1,32	1,36
Ibatiba	0,02	0,08	0,07	0,00	0,00	0,00
Ibiraçu	0,03	0,09	1,66	0,37	0,58	1,33
Ibitirama	0,12	0,28	0,00	0,00	0,00	0,00
Iconha	0,44	1,38	1,45	2,10	2,87	1,74
Irupi	2,23	1,62	2,46	3,96	3,28	1,97
Itaguaçu	0,12	0,75	2,86	2,03	2,90	1,46
Itapemirim	9,32	2,36	0,59	0,79	1,18	0,84
Itarana	1,50	2,59	4,28	3,69	2,94	3,16
Iúna	0,55	0,18	0,42	1,63	1,66	0,91
Jaguaré	1,82	2,13	1,71	2,88	0,40	0,49

Continua

Tabela C - Participação do dispêndio cultural segundo a RCL dos municípios do Espírito Santo - 2004 a 2009

Conclusão

Município	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Jerônimo Monteiro	2,05	2,59	1,14	1,48	1,25	1,93
João Neiva	0,68	1,12	1,47	1,00	3,72	1,06
Laranja da Terra	0,00	0,06	0,02	0,04	1,29	0,07
Linhares	0,34	0,31	0,03	0,13	0,06	0,22
Mantenedópolis	0,17	0,56	0,61	0,07	0,12	0,25
Marataízes	3,04	4,37	0,00	0,24	0,21	0,12
Marechal Floriano	0,65	1,36	3,11	2,08	2,18	2,14
Marilândia	0,00	0,00	1,72	2,04	3,21	3,05
Mimoso do Sul	0,29	1,06	1,66	1,02	0,83	1,95
Montanha	0,86	0,28	0,34	0,27	0,29	0,85
Mucurici	0,00	0,00	0,00	0,19	0,04	0,24
Muniz Freire	1,25	1,64	1,63	1,21	1,12	1,12
Muqui	3,29	2,31	2,42	2,56	1,98	2,42
Nova Venécia	0,86	1,57	1,04	0,73	0,91	1,73
Pancas	1,28	1,05	0,19	0,71	1,16	0,28
Pedro Canário	3,53	3,96	0,00	4,84	3,20	1,21
Pinheiros	0,81	0,83	3,74	2,17	1,45	0,18
Piúma	0,01	0,06	0,24	0,11	0,33	1,36
Ponto Belo	0,16	0,24	0,14	0,65	0,88	1,97
Presidente Kennedy	0,00	0,00	0,00	0,04	0,01	0,00
Rio Bananal	0,09	0,07	0,06	0,08	0,10	0,21
Rio Novo do Sul	0,18	1,56	0,58	0,85	0,94	0,66
Santa Leopoldina	0,55	2,65	3,31	3,40	3,54	3,27
Santa Maria de Jetibá	0,20	0,05	0,07	1,86	1,99	2,49
Santa Teresa	0,26	0,91	0,00	2,29	3,62	4,83
São Domingos do Norte	0,07	0,30	0,42	0,46	0,24	0,98
São Gabriel da Palha	0,11	0,10	0,23	0,27	0,32	0,42
São José do Calçado	1,05	1,77	0,00	0,00	0,00	0,50
São Mateus	2,64	2,62	2,49	2,26	1,87	2,00
São Roque do Canaã	0,00	0,00	2,75	0,00	0,00	0,80
Serra	0,48	0,40	0,48	0,48	0,43	0,56
Sooretama	0,91	0,40	3,69	0,14	0,11	0,16
Vargem Alta	3,43	2,83	0,00	0,00	0,00	4,96
Venda Nova do Imigrante	0,45	0,50	0,60	0,81	0,80	0,60
Viana	0,57	0,68	0,72	2,80	1,64	1,08
Vila Pavão	0,19	0,93	2,15	1,99	2,44	0,00
Vila Valério	0,00	0,00	0,69	0,73	0,55	0,75
Vila Velha	0,45	0,49	0,44	0,54	0,88	0,82
Vitória	1,25	1,00	1,80	1,75	1,60	1,59

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN) - Finbra
 Elaboração: Economia do Setor Público e do Bem Estar – IJSN.

ANEXO

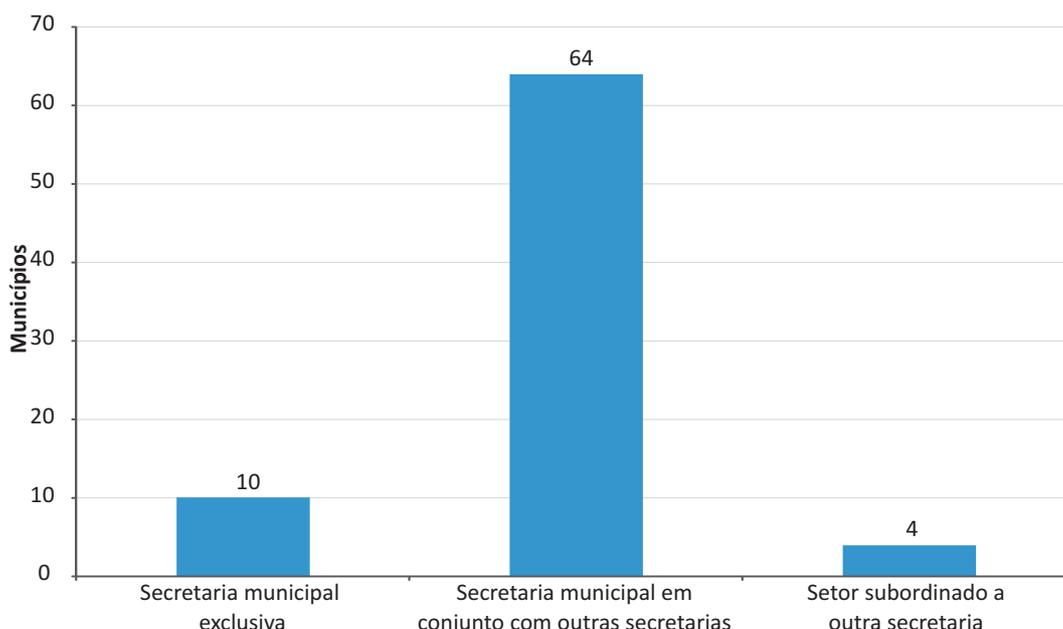
O programa Gestão Integrada, da Secult, que agrega os 78 municípios, tem o propósito de trabalhar em sintonia com os gestores e difundir o relevo da atividade cultural no desenvolvimento humano, sensibilizando as administrações públicas municipais para as questões culturais e a sua importância na evolução conjunta do Espírito Santo.

O “Inventário Cultural” foi elaborado com o objetivo de avaliar e conhecer melhor o setor cultural dos municípios capixabas e estabelecer dados importantes, tais como, contatos e informações da gestão cultural, listar os equipamentos culturais disponíveis, grupos artísticos atuantes, principais manifestações culturais, entre outros.

No início de 2011 foi enviado um questionário para o gestor de cada município. Com as informações colhidas pretendia-se obter um panorama do setor cultural e desenvolver ações conjuntas, a fim de procurar novas formas de expandir o conhecimento, articulando interesses e problemáticas regionais, dando-lhes forma e consistência, viabilizando a implementação de estratégias de solução junto aos municípios para o desenvolvimento da cultura de todo o Estado.

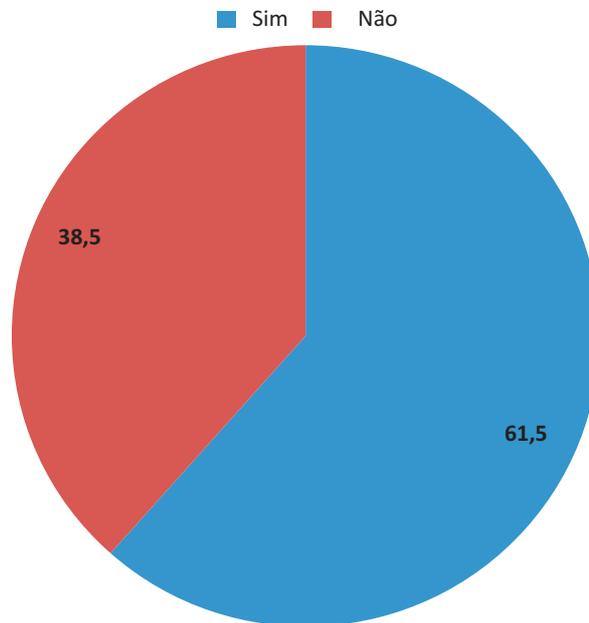
Segue abaixo algumas características observadas nos municípios do estado com esse levantamento:

Gráfico 1 - Número de municípios segundo a caracterização do órgão gestor, Espírito Santo - 2011



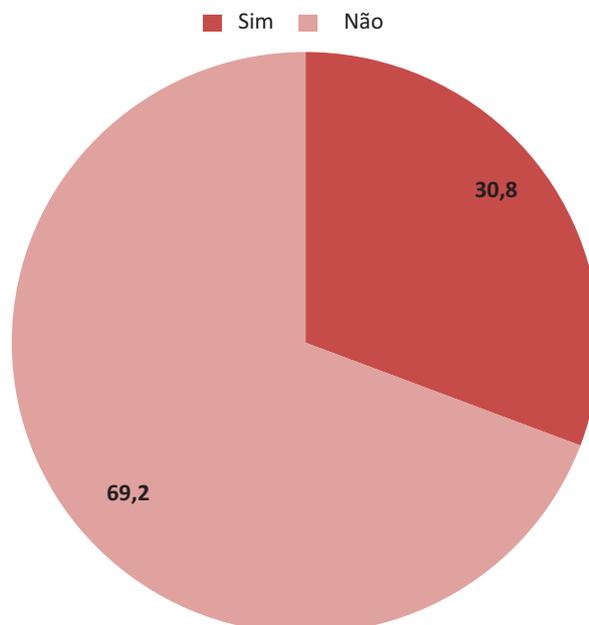
Fonte: Secretaria Estadual de Cultura - SECULT

Gráfico 2 - Percentual de municípios com conselho municipal de cultura, Espírito Santo - 2011



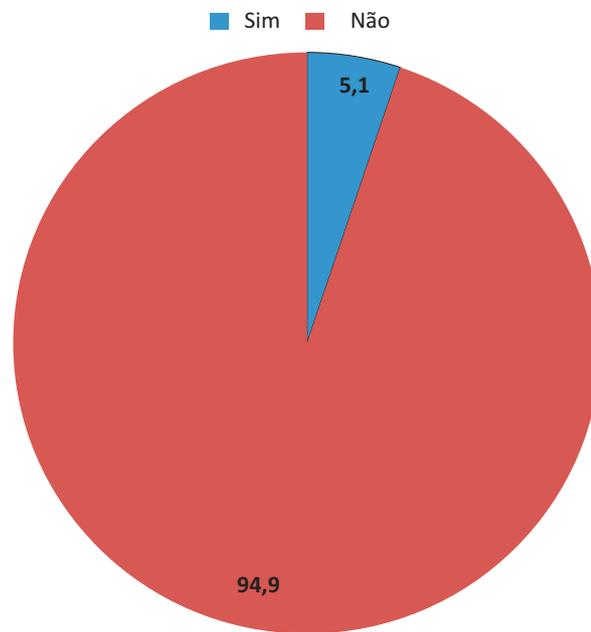
Fonte: Secretaria Estadual de Cultura - SECULT

Gráfico 3 - Percentual de municípios com planejamento estratégico na área cultural, Espírito Santo - 2011



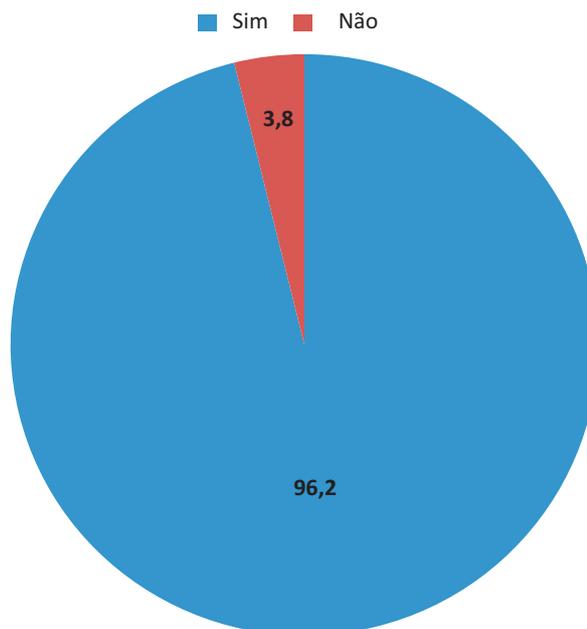
Fonte: Secretaria Estadual de Cultura - SECULT

Gráfico 4 - Percentual de municípios que possuem lei municipal de incentivo a cultura, Espírito Santo - 2011



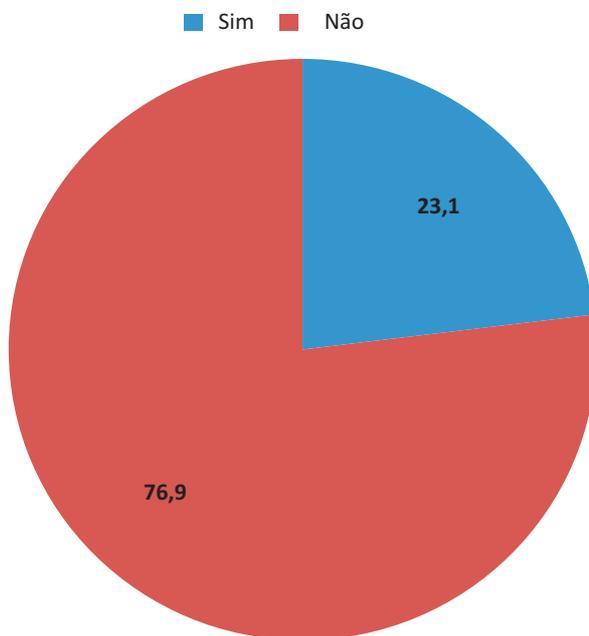
Fonte: Secretaria Estadual de Cultura - SECULT

Gráfico 5 - Percentual de municípios que possuem biblioteca, Espírito Santo - 2011



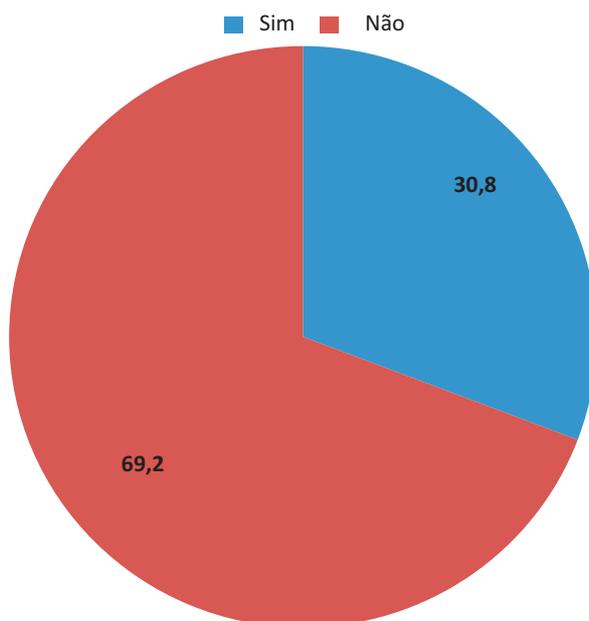
Fonte: Secretaria Estadual de Cultura - SECULT

Gráfico 6 - Percentual de municípios que possuem teatro, Espírito Santo - 2011



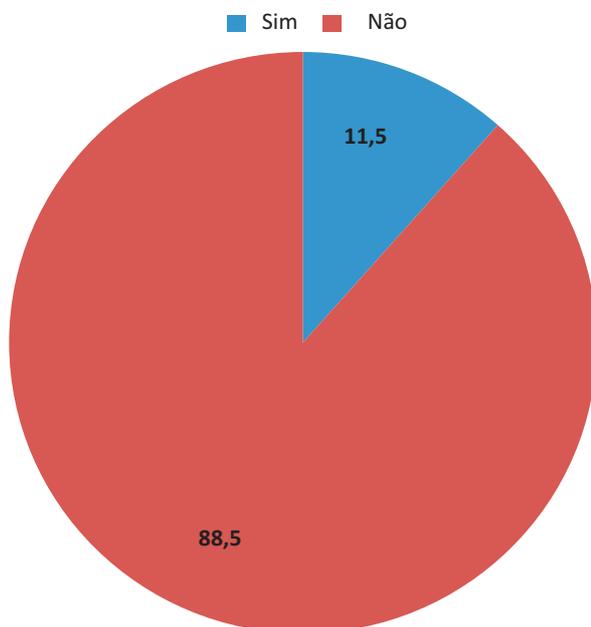
Fonte: Secretaria Estadual de Cultura - SECULT

Gráfico 7 - Percentual de municípios que possuem centro cultural, Espírito Santo - 2011



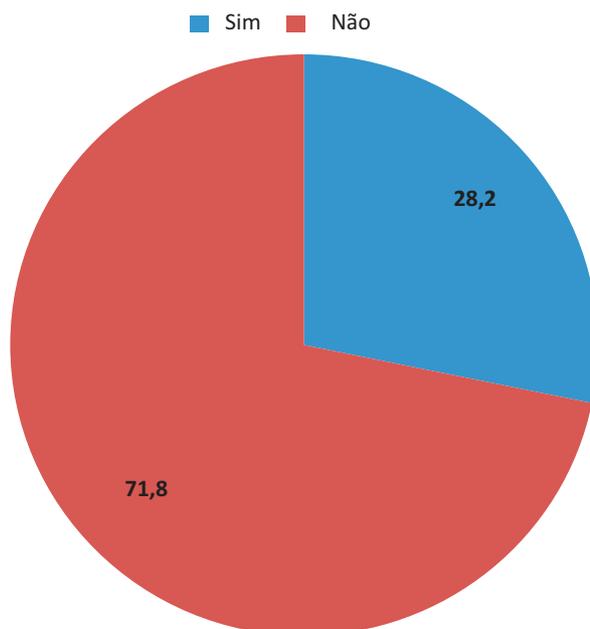
Fonte: Secretaria Estadual de Cultura - SECULT

Gráfico 8 - Percentual de municípios que possuem cinema, Espírito Santo - 2011



Fonte: Secretaria Estadual de Cultura - SECULT

Gráfico 9 - Percentual de municípios que possuem museu, Espírito Santo - 2011



Fonte: Secretaria Estadual de Cultura - SECULT

REFERÊNCIAS

AEQUUS. **Finanças do Estado do Espírito Santo: do Plano Real a crise de 2009**. Relatório final. Vitória- ES: IJSN, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 5 jul. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 55, de 20 de setembro de 2007. Altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 set. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc55.htm>. Acesso em: 5 jul. 2011.

BRASIL. Lei complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.** **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 maio 2000. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp101.htm>. Acesso em: 5 jul. 2011.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Execução Orçamentária dos Estados (1995 - 2009)**. Base de dados. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 23 ago. 2010a.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Finanças do Brasil: Dados contábeis dos municípios**. Base de dados. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 4 out. 2010b.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Perfil e evolução das finanças municipais (1998 - 2003)**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 5 jul. 2011.

BORGES, A.J.M & VILLELA, T.M.C. (orgs). **Finanças dos municípios capixabas**. v12, ano 16. Vitória, ES: Aequus Consultoria, junho de 2010.

BUGARIN, M.N.S; SANTOS, A. **Análise estatística das variáveis fiscais do Espírito Santo: uma gestão estratégica mediante a criação de uma reserva técnica contingencial**. Vitória-ES: IJSN, 2011.
IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros**. Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Cultura 2006. Rio de Janeiro, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2007.

IBGE. **Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003**. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 18, Rio de Janeiro, 2006.

FRENTE NACIONAL DOS PREFEITOS – FNP. **Multi Cidades** – Finanças dos Municípios do Brasil. v. 6 (2010). Vitória, ES: Aequus Consultoria, 2010.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Gastos públicos com cultura no Brasil: 1985-1995. **Diagnóstico dos Investimentos em Cultura no Brasil**, Belo Horizonte, v. 1, 1998.

GARSON, S. Gestão fiscal do Espírito Santo: pavimentando o caminho para o crescimento da economia estadual. In: IJSN. **Instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Vitória-ES: IJSN, 2010.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN. Setor Público. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=295&Itemid=268>. Acesso em: 25 jul. 2011.

REIS, A. C. F. (Org.). **Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. Itaú Cultural, São Paulo, 2008, p.267.

ORAIR, R.O. Esforço Fiscal dos Municípios: indicadores de condicionalidade para o sistema de transferências intergovernamentais. **XV Prêmio Tesouro Nacional – 2010**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/premio_TN/XVPremio/financas/1tefpXVPTN/Tema_4_1.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2011.

SARTORIS, A. Estimação. In: _____. **Estatística e introdução à econometria**. São Paulo: Saraiva, 2003. cap.6, p. 153-190.